

Banco Industrial e Comercial S/A

Demonstrações financeiras
consolidadas para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2014 e 2013



Banco Industrial e Comercial S/A

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo:

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressaltados de forma diferente, são demonstrados em base consolidada abrangendo suas empresas controladas e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em moeda nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras consolidadas do BICBANCO foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e refletem a estrutura societária do BICBANCO para o respectivo período.

Principais indicadores do exercício de 2014:

- **R\$ 15,6 bilhões de ativos;**
- **R\$ 12,2 bilhões de carteira de crédito expandida;**
- **R\$ 11,7 bilhões de captação total;**
- **R\$ 1,4 bilhão de patrimônio líquido.**

Aquisição de 72% do capital total do BICBANCO pelo China Construction Bank – CCB.

Em 29 de agosto, a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. (“CCB Holding”) adquiriu o controle acionário do BICBANCO, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações entre o China Construction Bank Corporation (“CCB”) e os antigos acionistas controladores do Banco, celebrado em 31 de outubro de 2013.

Ao longo de 2014, condições precedentes e aprovações junto a Reguladores foram obtidas para a conclusão desta Operação. Dentre os atos relevantes que antecederam o fechamento da alienação do controle, destacam-se:

. **As aprovações necessárias.** Em 21 de julho de 2014, foi publicado Decreto Presidencial aprovando a Operação, em atenção ao disposto no artigo 84, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, e, em 22 de julho de 2014, o Banco Central do Brasil aprovou a Operação (“Aprovações Brasileiras”). As autoridades



regulatórias chinesas competentes e as autoridades bancárias das Ilhas Cayman aprovaram a Operação em 2 de abril de 2014 e 24 de junho de 2014, respectivamente ("Aprovações Estrangeiras" e, em conjunto com as Aprovações Brasileiras, as "Aprovações Necessárias"). O Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, em 9 de janeiro de 2014, posicionou-se favoravelmente a Operação.

. **A Reorganização societária.** Envolveu o Banco, seus antigos acionistas diretos Gemini Holding S.A. e BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A., e a sociedade Primus Holding S.A. Do ponto de vista econômico, tratou-se de forma neutra aos interesses das partes envolvidas, trazendo benefícios societários em vista da integração, simplificação e racionalização das estruturas societárias em uma única sociedade. A reestruturação societária, uma condição precedente da operação, foi concluída em 7 de agosto de 2014 com o arquivamento nas juntas comerciais competentes de todos os atos societários correspondentes.

. **Solicitação de Consentimento** (*Consent Solicitation*). Para os detentores de dívida sênior e credores de alguns empréstimos internacionais que possuem em seus contratos cláusula de mudança de controle (*Change of Control*), o Banco realizou e concluiu um processo de Solicitação de Consentimento.

. **Entrega do Plano de Negócios para o Banco Central do Brasil.** Em janeiro de 2014 o CCB encaminhou aos órgãos reguladores, em particular ao Banco Central do Brasil, as informações necessárias (Plano de Negócios) para a obtenção da aprovação da Operação.

Posteriormente ao fechamento da alienação do controle, novas etapas refletem a mudança do controle acionário:

. **Nova classificação do capital do Banco no Sistema Financeiro Nacional.** Em 18 de setembro, foi aprovada pela Diretoria de Organização do Sistema Financeiro do BACEN a transferência do controle societário do BICBANCO e de suas controladas para o CCB, com sede em Pequim, China. A partir desta aprovação o BICBANCO passou a ser um banco de capital estrangeiro no âmbito do Sistema Financeiro Brasileiro.

. **OPA – Oferta Pública de Ações.** Em 29 de setembro a CCB Holding submeteu à CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do BICBANCO detidas pelos acionistas minoritários, em razão da alienação de controle da Instituição.

Neste pedido, foi solicitada autorização da CVM para que a referida oferta seja unificada com a oferta pública de aquisição da totalidade das ações em circulação do Banco para: (i) cancelamento de seu registro para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários; e (ii) a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado Nível 1 de governança corporativa (conjuntamente referidas como "OPA").



O Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi contratado para atuar como instituição intermediária da OPA.

Toda documentação relacionada ao pedido de registro da OPA encaminhada a CVM, na qual contém as informações necessárias para o andamento da operação, encontra-se atualmente em análise.

A íntegra dos Fatos Relevantes relacionados à Operação e a OPA, bem como o Laudo de Avaliação, encontram-se no site da CVM: www.cvm.gov.br e no site de Relações com Investidores do BICBANCO: www.bicbanco.com.br/ri.

Processo de ajuste de preço entre vendedores e compradores do controle acionário do BICBANCO. Em 29 de outubro de 2014, a CCB Holding entregou aos antigos controladores do Banco uma notificação indicando, nos termos do Contrato de compra e venda de 72% do capital social do BICBANCO, que o preço de venda pago na data de fechamento estaria sujeito a um ajuste de redução de aproximadamente R\$ 287,766 milhões, que corresponderiam a um ajuste de redução de R\$ 1,58 por ação. Em 14 de novembro de 2014, os Vendedores contestaram tal Ajuste de Preço por meio do envio de uma notificação à Compradora. As partes estão ainda discutindo e negociando uma solução para o Ajuste de Preço. Até o fechamento desse Relatório, as partes não haviam chegado a um acordo sobre o Ajuste de Preço e a uma definição acerca das questões em discussão. A CCB Holding e a Compradora irão informar o Banco tão logo exista qualquer fato relevante relacionado à Operação. O BICBANCO manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre qualquer fato relevante relacionado à oferta pública que a Companhia tiver conhecimento, de acordo com as leis aplicáveis.

Detalhes complementares do processo de ajuste de preço foram divulgados por meio de Fatos Relevantes nas datas 30/10/2014, 17/11/2014 e 15/12/2014, os quais encontram-se disponíveis no site da CVM: www.cvm.gov.br e no site de Relações com Investidores do BICBANCO: www.bicbanco.com.br/ri.

Eleição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Conforme AGE realizada, em 1º de setembro de 2014, foram eleitos pelo novo controlador, três novos membros para compor o Conselho de Administração, conforme segue: Sr. Wensheng Yang, para o cargo de Presidente; Sr. Tiejun Chen e a Sra. Hong Yang como Conselheiros. A posse destes três Conselheiros está condicionada à prévia homologação pelo BACEN.

O Conselho de Administração do BICBANCO passou a ser composto, por seis membros, três deles que já ocupavam seus postos: Sr. José Bezerra de Menezes como Conselheiro e Srs. Heraldo Gilberto de Oliveira e Daniel Joseph McQuoid como Conselheiros Independentes e os três Conselheiros, representantes do grupo de controle, anteriormente mencionados.



Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) também realizada, em 1º de setembro de 2014, houve a eleição dos seguintes novos integrantes da Diretoria Executiva do BICBANCO: Sr. Tiejun Chen para ocupar o cargo de Presidente; Sra. Xiaowei Dong e Sr. Jin Li para os cargos de Vice-Presidentes; Sr. Zhongzu Wang e Sra. Hong Yang para os cargos de Diretores Executivos. Na RCA de 11 de dezembro de 2014, foi eleito um novo integrante: Sr. Yongdong Jiang para o cargo de Vice-Presidente. A posse destes Executivos está condicionada à prévia homologação pelo Banco Central do Brasil.

Assim a Diretoria Executiva do Banco será composta pelos seis Executivos acima mencionados e os quatro que já atuam em seus cargos: Sr. Milto Bardini como Vice-Presidente Executivo e Diretor de RI, Sr. Paulo Celso del Ciampo como Vice-Presidente Executivo e Srs. Francisco Edênio B. Nobre e Carlos José Roque como Diretores Executivos.

Ambiente Econômico.

Em 2014, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,41%, ligeiramente abaixo do teto da meta estabelecida pela autoridade monetária, de 6,5%. No entanto, o indicador ficou meio ponto acima da variação registrada em 2013, quando o índice marcou 5,91%. A taxa básica de juros (Selic) encerrou 2014 em 11,75%. Na reunião realizada em 21 de janeiro de 2015, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou-a para 12,25%.

Após apresentar volatilidade ao longo do ano 2014, a taxa de câmbio encerrou dezembro/14 cotada a R\$ 2,66/US\$, taxa superior a R\$ 2,34/US\$ negociada no término do ano precedente. No acumulado de doze meses encerrados em dezembro de 2014, as exportações brasileiras somaram US\$ 225,1 bilhões, retração de 7,0% na comparação com igual período de 2013. Na mesma direção, as importações diminuíram 4,4%, totalizando US\$ 229,0 bilhões. Apesar de uma menor entrada de bens importados, o ritmo de retração das compras não compensou diminuição das vendas ao exterior, como consequência, a balança comercial registrou um déficit de US\$ 3,9 bilhões, o maior desde 1998. Tal redução foi influenciada, principalmente, pela retração de preços de importantes commodities exportadas pelo País devido à lenta recuperação da atividade econômica no mundo o que reduziu a demanda desses produtos; complementado pelo déficit na conta do petróleo e derivados.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,0 trilhões em dezembro de 2014, o que representa crescimento de 11,3% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 58,9%.

Ativos

Ativos totais.

Os ativos totais registraram R\$ 15.634,4 milhões no término de 2014, ligeiro crescimento de 1,5 % na comparação com 2013.



Operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito totalizaram R\$ 9.765,7 milhões. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças somou R\$ 12.237,9 milhões.

O crédito corporativo, principal negócio do Banco, representou 87,9% das operações de crédito enquanto o crédito a pessoas físicas e consignado correspondeu a 12,1%, originados substancialmente pelas operações da empresa subsidiária Sul Financeira.

Passivos

Captação Total.

O montante de recursos captados alcançou R\$ 11.733,2 milhões em 2014, recuo de 6,6% nos últimos 12 meses, alinhado aos novos volumes operacionais do Banco.

Depósitos a prazo e Recursos de Letras Emitidas.

Em 2014, os depósitos a prazo totalizaram R\$ 6.038,2 milhões, recuo de 3,6% em relação ao ano anterior. Do total de depósitos a prazo, R\$ 3.057,4 milhões estavam vinculados ao “Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito” - DPGE, conforme Resolução CMN nº 3.692/09.

Em 31 de dezembro de 2014, a composição dos depósitos a prazo por tipo de depositante apresentava-se: pessoas jurídicas 57,6%, investidores institucionais 38,2%, pessoas físicas 3,7%, e instituições financeiras 0,5%.

O Banco diversifica seu mix de produtos financeiros por meio de recursos de letras emitidas como as LCAs, LFs e LCIs. O conjunto desses recursos alcançou R\$ 746,3 milhões no encerramento dos doze meses de 2014, correspondente a 6,4% da captação total.

Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido era de R\$ 1.350,1 milhões. O Índice de Basileia III registrou 13,63% em dezembro de 2014, o requerimento mínimo de patrimônio de referência no Brasil é de 11%.

Reconhecimento.

Pelo 5º ano consecutivo o BICBANCO foi selecionado para compor a carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, que vigorará até o final de 2015. Desde a criação do Índice em 2005, o Banco é a única instituição financeira de médio porte a constar neste Índice.



Recursos Humanos e Pontos de Atendimento.

O Banco encerrou ano de 2014 com 771 funcionários, quadro de colaboradores 2,1% maior na comparação com 2013. Com seus 37 pontos de atendimento, o Banco manteve sua presença e dispersão regional da franquia nas principais capitais e cidades do País no decorrer dos doze meses.

Relacionamento com Auditores.

O Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Considerações finais.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 16 de setembro de 2015.)

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas e estão disponíveis no site do BICBANCO – www.bicbanco.com.br/ri.

	Rating/Índice	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Baa3 P-3 Aa1.br BR-1 Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local - Longo prazo - Curto prazo • Depósitos na Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	01/12/14
Standard & Poor's	BBB- A-3 brAAA Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte - Longo prazo - Curto prazo • Escala Nacional • Perspectiva 	01/10/14
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	12/02/15
Austin Rating	brAA- Observação positiva	<ul style="list-style-type: none"> • Escala nacional de longo prazo • Perspectiva 	11/04/14
LF Rating	AA- Neutra	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda nacional • Perspectiva 	19/12/14
Management & Excellence	AA	<ul style="list-style-type: none"> • Rating de Sustentabilidade 	Jul/14

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Industrial e Comercial S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Industrial e Comercial S.A. (“BICBANCO” ou “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Industrial e Comercial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Ênfase

Transferência do controle acionário

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional, a qual informa que a partir da transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, suas operações passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador que prevê, em seu plano de negócios, a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes para a realização do estoque de créditos tributários e a capitalização mínima requerida pelo Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de setembro de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0



BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3	273.249	396.446
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		3.277.507	909.244
Instrumentos de dívida	5	2.625.367	275.430
Instrumentos de patrimônio	6	1.867	3.850
Derivativos	7	650.273	629.964
OUTROS ATIVOS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO		-	-
Instrumentos de dívida		-	-
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		976.894	1.128.907
Instrumentos de dívida	5	976.894	1.128.907
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		9.500.853	11.565.400
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	409.853	1.241.850
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8	9.765.727	10.617.419
Outros empréstimos e recebíveis	9	42.604	35.602
Outros ativos financeiros	10	150.935	78.971
(-) Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	8	(868.266)	(408.442)
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	11	244.846	431.946
INVESTIMENTOS	12	4.164	4.848
ATIVO TANGÍVEL	13	125.681	131.338
ATIVO INTANGÍVEL	14	108.081	108.497
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		1.019.059	626.927
Correntes		63.186	65.346
Diferidos	24	955.873	561.581
OUTROS ATIVOS	15	104.103	134.410
TOTAL DO ATIVO		<u>15.634.437</u>	<u>15.437.963</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		12.505	3.551
Derivativos	7	12.505	3.551
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO		2.045.931	2.263.744
Dívidas subordinadas	19	892.515	760.022
Obrigações de empréstimos no exterior	21	223.581	680.507
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	929.835	823.215
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		11.322.863	10.536.590
Dívidas subordinadas	19	263.291	232.270
Depósitos de instituições financeiras	16	2.018.873	465.628
Depósitos de clientes	17	6.306.139	6.765.907
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	855.966	1.041.281
Obrigações de empréstimos no país	20	89.403	89.252
Obrigações de empréstimos no exterior	21	1.789.191	1.742.528
Outros passivos financeiros	22	-	199.724
PROVISÕES	23	714.914	601.603
PASSIVOS FISCAIS		-	-
Correntes		-	-
Diferidos		-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	25	188.153	107.117
TOTAL DO PASSIVO		14.284.366	13.512.604
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	1.350.071	1.925.359
Capital social		2.012.810	1.434.206
Prejuízos acumulados		(651.153)	-
Reservas		-	509.686
Outros resultados abrangentes		(11.586)	(18.532)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.350.071	1.925.359
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.634.437	15.437.963

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receitas com juros e similares	28	1.718.506	1.836.154
Despesas com juros e similares	28	(1.718.336)	(1.499.643)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	30	246.837	223.762
Diferenças cambiais (líquidas)	31	175.112	158.966
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		422.119	719.239
Resultado de equivalência patrimonial		(685)	(1.205)
Receita de tarifas e comissões	29	88.954	81.746
Outras receitas (despesas) operacionais	32	(17.850)	(86.073)
TOTAL DE RECEITAS		492.538	713.707
Despesas com pessoal	33	(222.458)	(203.200)
Outras despesas administrativas	34	(168.791)	(168.516)
Despesas tributárias	35	(51.280)	(67.589)
Depreciação e amortização	13 e 14	(24.792)	(22.155)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	8e	(967.555)	(288.120)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)		(80.077)	(5.116)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(1.022.415)	(40.989)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	24	429.170	57.221
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(593.245)	16.232

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(593.245)	16.232
Ativos disponíveis para venda – Ajuste ao valor de mercado	11.577	(32.245)
Encargos fiscais sobre resultado abrangente	<u>(4.631)</u>	<u>12.898</u>
LUCRO OU (PREJUÍZO) LÍQUIDO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(586.299)</u></u>	<u><u>(3.115)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	(-) Ações em Tesouraria	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Estatutárias			
Saldos em 01 de janeiro de 2013		1.434.206	(58.593)	75.487	527.833	815	-	1.979.748
Ajustes de exercícios anteriores coligadas		-	-	-	(361)	-	-	(361)
Dividendos pagos no exercício	26 c	-	1.087	-	-	-	-	1.087
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(19.347)	-	(19.347)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.232	16.232
Destinações :								-
Dividendos	26 c	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração sobre capital próprio	26 c	-	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
Reservas		-	-	3.051	(38.819)	-	35.768	-
Em 31 de dezembro de 2013		1.434.206	(57.506)	78.538	488.653	(18.532)	(0)	1.925.359
Saldos em 01 de janeiro de 2014		1.434.206	(57.506)	78.538	488.653	(18.532)	(0)	1.925.359
Ajustes de exercícios anteriores coligadas		-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de remuneração de ações	26 c	-	2.401	-	-	-	-	2.401
Aumento de capital com reservas		578.604	-	(75.487)	(503.117)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	6.946	-	6.946
Transferência para amortização de prejuízo		-	-	(3.051)	14.464	-	(11.413)	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(593.244)	(593.244)
Destinações :								-
Dividendos	26 c	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração sobre capital próprio	26 c	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	-	-	-	-	8.609	8.609
Em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	(55.105)	-	-	(11.586)	(596.048)	1.350.071

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido consolidado do exercício	(593.244)	16.232
Depreciação e amortização	24.792	22.155
Resultado de participações em controladas	685	1.205
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(392.132)	(201.662)
Constituição de provisões - Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	459.824	(146.816)
Constituição de provisões	113.311	65.074
Variação de ativos e passivos	(538.179)	(244.810)
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	34.155	(27.678)
Redução (aumento) de instrumentos de dívida	(2.197.924)	184.634
Redução (aumento) de instrumentos de patrimônio	1.983	13.524
Aumento (redução) de derivativos	(11.355)	10.993
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes	851.692	2.146.277
Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis	(7.002)	10.465
Redução (aumento) de outros ativos financeiros	(71.964)	(17.328)
Redução (aumento) de ativos mantidos para venda	187.100	(26.232)
Redução (aumento) de outros ativos	30.307	82.456
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras	1.553.245	(326.393)
Aumento (redução) de depósitos de clientes	(459.768)	(700.861)
Aumento (redução) de dívidas subordinadas	163.514	42.831
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários	(78.695)	(552.987)
Aumento (redução) de empréstimos no país	151	19.821
Aumento (redução) de empréstimos no exterior	(410.263)	(927.887)
Aumento (redução) de outros passivos financeiros	(199.724)	(176.701)
Aumento (redução) de outras obrigações	76.369	256
Caixa utilizado proveniente das (nas) atividades operacionais	(924.943)	(488.622)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações no tangível	7.292	34.290
Aplicações no tangível	(14.163)	(30.464)
Aplicações no intangível	3.828	(10.179)
Caixa utilizado proveniente das (nas) atividades de investimento	(3.043)	(6.353)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	(52.000)
Ajustes de exercícios anteriores coligadas	-	(361)
Pagamento de remunerações de ações	-	1.087
Ajustes de avaliação patrimonial	6.946	(19.347)
Caixa utilizado proveniente das (nas) atividades de financiamento	6.946	(70.621)
Fluxo de caixa utilizado no exercício	(921.040)	(565.596)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.208.505	1.774.101
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	287.465	1.208.505

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
1. Receitas	1.267.250	1.890.858
1.1 Receitas com juros e similares	1.718.506	1.836.154
1.2 Ganhos com ativos e passivos financeiros	246.837	223.762
1.3 Receita de tarifas e comissões	88.954	81.746
1.4 Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	(967.555)	(288.120)
1.5 Outras	180.508	37.316
2. Despesas	1.718.336	1.499.643
2.1 Despesas com juros e similares	1.718.336	1.499.643
2.2 Perdas com ativos e passivos financeiros	-	-
3. Insumos adquiridos de terceiros	272.114	106.239
3.1 Materiais, energia e outros	38.948	39.382
3.2 Serviços de terceiros	86.853	88.826
3.3 Perda (recuperação) de valores ativos	146.313	(21.969)
4. Valor adicionado bruto	(723.200)	284.976
5. Depreciação, amortização e exaustão	24.792	22.155
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(747.992)	262.822
7. Valor adicionado recebido em transferência	(685)	(766)
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(685)	(1.205)
7.2 Outras	-	439
8. Valor adicionado a distribuir	(748.677)	262.055
9. Distribuição do valor adicionado	(748.677)	262.055
9.1 Pessoal	222.458	203.200
9.1.1 Remuneração direta	152.753	138.891
9.1.2 Benefícios	22.163	19.791
9.1.3 Encargos sociais	44.956	42.083
9.1.4 Outras	2.586	2.435
9.2 Impostos, taxas e contribuições	(377.890)	10.368
9.2.1 Federais	(394.930)	(6.451)
9.2.2 Estaduais	1.200	1.217
9.2.3 Municipais	15.840	15.602
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	-	32.255
9.3.4 Aluguéis	-	32.255
9.4 Remuneração de capitais próprios	(593.245)	16.232
9.4.1 Juros sobre capital próprio	-	52.000
9.4.2 Dividendos	-	-
9.4.3 Lucros retidos (Distribuídos)	(593.245)	(35.768)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. *Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Outras Informações.*

a. Contexto operacional.

O Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 1938 e autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações através das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

O BICBANCO celebrou na qualidade de Interveniante o Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 31.10.2013 entre o China Construction Bank Corporation (CCB) “Comprador”, e os acionistas controladores naquela data “Vendedores”, o qual tem por objetivo de aquisição de forma direta e indireta pelo CCB, das ações representativas de 72% do capital social total do BICBANCO.

Verificadas as condições precedentes, previstas contratualmente, dentre elas a conclusão de uma reorganização societária, a publicação de Decreto Presidencial e a Aprovação pelo Banco Central do Brasil em julho de 2014, a transferência do controle acionário foi concluída na data de 29.08.2014, com a aquisição pela CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding), subsidiária do CCB, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S/A – BICBANCO e suas subsidiárias.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 01.09.2014, o acionista controlador da CCB Holding elegeu três representantes para o Conselho de Administração do Banco, um deles exercerá o cargo de Presidente daquele colegiado. Na mesma data, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, foram eleitos, por orientação da CCB Holding, cinco novos membros para Diretoria Executiva, dentre os quais um exercerá cargo de Presidente da Diretoria, dois serão Vice Presidentes e dois serão Diretores sem designação. A homologação do Banco Central do Brasil ocorreu em 23.03.2015 e os novos membros aguardam a efetiva posse nos cargos. A Governança Corporativa do BICBANCO está sendo exercida pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo três integrantes do Conselho de

Administração e quatro Diretores Estatutários, todos plenamente na condição de administradores independentes.

Portanto, a partir da transferência do controle acionário as operações do BICBANCO passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluem a consistência das políticas internas, estimativas contábeis, o alinhamento das práticas operacionais, o revigoramento e equacionamento do custo de captação, o reposicionamento do resultado da intermediação financeira com vistas a retomada de resultados operacionais positivos, a manutenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à cobertura do estoque de créditos tributários, o cumprimento dos limites operacionais mínimos inclusive através da emissão de instrumentos assemelhados a capital. No contexto deste último tópico situam-se: (a) a emissão de títulos no exterior pelo valor de US\$ 300 Milhões, aprovada pela Diretoria Executiva em 22 de junho de 2015, destinada a enquadrar-se como dívida subordinada (Tier II), e (b) a elaboração de plano de capitalização através de Tier I – ambas ações destinadas a suprir as necessidades vindouras de capital, tais como determinadas pelo Banco Central do Brasil para alinhamento aos requerimentos de Basileia III, e correspondentes ao compromisso assumido pelo novo Controlador em seu Plano de Negócios para instalação e funcionamento no Brasil, o qual repousa sobre a premissa básica da manutenção de adequada capitalização da instituição financeira. Além das ações mencionadas acima, no semestre findo em 30 de junho de 2015, foram captados junto ao controlador no exterior, o montante de R\$ 1.556.354 (US\$ 500 milhões).

De acordo com a regulamentação vigente, a CCB Holding em 01.09.2014 submeteu a apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do BICBANCO detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta.

b. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do BICANCO foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), em atendimento a exigência a Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir da data-base 31 de dezembro de 2010, passou a exigir a elaboração e divulgação anual de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB – International Accounting Standard Board), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela “International Accounting Standards Committee Foundation - IASC” .

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de setembro de 2015.

c. Estimativas utilizadas.

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do BICBANCO na elaboração das Demonstrações Financeiras. A administração realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício fiscal. Todas as estimativas e suposições, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na **nota nº 2**.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- *Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;*

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

O método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc.).

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhes na **nota nº 2**:

- *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O BICBANCO reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração. Maiores detalhes são discutidos na **nota nº 2.h**).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

- *Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis*

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o BICBANCO possui como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas **notas nº 13 e 14**, respectivamente.

- *Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos*

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável a apuração de lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

As estimativas de apuração de lucros tributáveis futuros, baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro;
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moedas estrangeiras e moeda funcional.

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do BICBANCO e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Base para consolidação

Subsidiárias

As demonstrações financeiras das entidades sobre as quais o Banco exerce controle estão consolidadas. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados nessa consolidação.

Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) – BRASILFactors

O BICBANCO, em 25 de abril de 2011, assumiu o compromisso de participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A, uma joint venture, que terá como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e a International Finance Corporation – IFC (20%).

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

Por ser constituída sob a forma de joint venture (Empreendimento Controlado em Conjunto) o BICBANCO, como empreendedor, a partir de 01 de janeiro de 2013

reconhece o investimento nas demonstrações financeiras consolidadas, por meio do método de equivalência patrimonial em função do controle compartilhado caracterizado como "Joint Venture".

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do BICBANCO, bem como das seguintes subsidiárias:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação	
			2014	2013
Agência no Exterior				
BIC Cayman	Cayman	Integral	100%	100%
Subsidiárias diretas no País				
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	Brasil	Integral	100%	100%
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	Integral	100%	100%
BIC Informática S.A.	Brasil	Integral	100%	100%
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
Sul Financeira S.A Crédito Financiamento e Investimento	Brasil	Integral	100%	100%
Sul Financeira Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
Sul Financeira Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%

As subsidiárias apresentavam as seguintes posições patrimoniais e resultados(*):

	Total de ativos		Total de passivos		Resultado		Total Patrimônio Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
BIC Distribuidora	18.666	17.248	1.745	1.356	1029	815	15.892	15.077
BIC Arrendamento	474.863	549.183	258.184	327.668	-2.612	33.070	219.291	188.445
Sul Financeira CFI	1.178.507	1.005.839	1.050.230	885.069	913	6.924	127.364	113.846
Outras	56.210	43.451	43.215	30.708	252	-263	12.743	13.006

(*) Saldos apresentados conforme práticas contábeis exigidas pelo BACEN.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCs

Em conformidade com as normas da CVM, na condição de originador de recebíveis cedidos ao FIDC, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto, foram consolidadas as informações contábeis dos referidos FIDC's. Além destes fundos, foi incluído

proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo, cujas cotas subordinadas são detidas em sua totalidade pela BrasilFactors (Joint Venture). O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I foi liquidado em 22 de agosto de 2014

Os FIDC's foram constituídos na forma da instrução CVM nº. 409/04, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o BICBANCO e a BrasilFactors subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

Informações adicionais sobre a participação do BICBANCO nos FIDCS estão divulgadas a seguir:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação (*)	
			2014	2013
FIDCs				
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo	Brasil	Integral	100%	100%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II	Brasil	Integral	100%	100%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo Aberto	Brasil	Integral	100%	100%

(*) Refere-se à participação em cotas subordinadas.

Os FIDCs do BICBANCO apresentavam as seguintes posições patrimoniais consolidadas(*):

Ativo	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	16	26
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.349	32.771
Títulos públicos federais	41.798	114.148
Direitos creditórios	47.351	149.581
(-) Provisão para devedores duvidosos	(7.068)	(7.786)
(-) Provisão para outros créditos	(1.127)	(4.217)
Outros valores	<u>3</u>	<u>421</u>
Total do Ativo	103.322	284.944
Passivo		
Obrigações	<u>118</u>	<u>165</u>
Patrimônio Líquido	103.204	284.779
Cotas seniores	28.209	195.507
Cotas subordinadas	<u>74.995</u>	<u>89.272</u>
Total do Passivo	103.322	284.944

(*) Apresentado conforme práticas contábeis dos referidos fundos.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros.

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o BICBANCO se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros.

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração.

Os ativos financeiros são classificados para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Derivativos por suas características são classificados nessa categoria.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o BICBANCO tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado

menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação.

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa, de depósitos a vista no Brasil e no exterior e depósitos no Banco Central do Brasil.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou controladas em conjunto ou coligadas.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”: créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.
- “Outros empréstimos e recebíveis” e “Outros Ativos”: referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração.

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas “short”).

- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui passivos mensurados ao valor justo com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, em razão da eliminação significativa das inconsistências de mensuração (“divergências contábeis”) com outros ativos e passivos financeiros relacionados, também mensurados ao valor justo.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação.

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Depósitos de instituições financeiras”: depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de créditos e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras.
- “Depósitos de clientes”: inclui os depósitos a vista e a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- “Dívidas subordinadas”: inclui a captação de recursos de longo prazo efetuada pelo Banco junto a terceiros, passivos que podem se tornar elegíveis a capital de nível II (tier II) desde que tal procedimento seja autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- “Obrigações por empréstimos no país”: inclui a captação de recursos junto a banqueiros no Brasil.
- “Obrigações por empréstimos no exterior”: inclui a captação de recursos junto a banqueiros no exterior.
- “Outros passivos financeiros”: são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidadas até a data de encerramento do exercício.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo.

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale, até prova em contrário, ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos ” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os “Empréstimos e recebíveis” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis

objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionados ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação.

Os métodos adotados pelo BICBANCO para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro

nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o BICBANCO, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&F estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Em 31 de dezembro de 2014 as emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário foram reclassificadas de Nível 1 para Nível 2. Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Companhia para apurar seu valor justo:

	2014			2013		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	3.604.128	650.273	4.454.401	279.280	629.964	909.244
Ativos financeiros disponíveis para venda	976.894	-	976.894	1.128.907	-	1.128.907
Passivos financeiros para negociação	-	12.505	12.505	-	3.551	3.551
Outros passivos ao valor justo através do resultado	-	2.045.931	2.045.931	-	2.263.744	2.263.744

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do BICBANCO para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2014	2013		
Derivativos Ativos	650.273	629.964		
Contratos de swap	644.179	627.668	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	6.094	2.296	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Compra de opção de ação	-	-	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Derivativos Passivos	12.505	3.551		
Contratos de swap	7.599	1.527	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	-	-	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Obrigação Compra/Venda de opção de ação	4.906	2.024	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Outros passivos ao valor justo através do resultado	2.045.931	2.263.744		
Dívidas subordinadas	892.515	760.022	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	929.835	823.215	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações por empréstimos no exterior	223.581	680.507	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)

- Na avaliação de instrumentos financeiros que permitem hedge estático (swaps) utiliza-se o método do valor presente. O fluxo de caixa futuro estimado é descontado utilizando-se as curvas de taxa de juros das respectivas moedas. As curvas de taxa de juros são, geralmente, dados de mercado observáveis.

- Na avaliação de instrumentos financeiros que exijam hedge dinâmico (basicamente opções), utilizam-se normalmente o modelo Black-Scholes, modelos estatísticos, que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço do exercício e o preço spot da mercadoria.
- Os outros passivos a valor justo no resultado são avaliados utilizando o método a valor presente. O fluxo de caixa futuro estimado é descontado utilizando-se as curvas de taxa de juros das respectivas moedas negociadas no mercado externo. As curvas de taxa de juros são extraídas em fontes de dados de mercado observáveis no exterior, sendo que as operações são negociadas e liquidadas em moeda estrangeira.

O valor justo dos instrumentos financeiros resultante dos modelos internos mencionados anteriormente leva em conta, entre outros, os termos do contrato e dados de mercado observáveis, que incluem taxas de juros, risco de crédito, taxas de câmbio, preço de mercado cotado de matérias-primas e ações, volatilidade e pré-pagamentos. Para instrumentos financeiros avaliados com base em modelagem interna, pode ocorrer uma diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o valor que seria determinado na mesma data utilizando-se uma técnica de avaliação. Considerando a simplicidade dos termos dos instrumentos financeiros negociados pelo BICBANCO, e o fato de que a maioria dos instrumentos é incluída no Nível 1 e 2 de valor justo, a entidade considera que esta diferença não é significativa.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos da mensuração no valor justo, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros valores abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

v. Outros passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Dentre as principais fontes de captação do BICBANCO estão aquelas efetuadas por meio da emissão de títulos para investidores externos ou a contratação de empréstimos junto a banqueiros no exterior. Ambas as fontes de recursos estão geralmente denominadas em “Dólares Norte-Americanos” (USD). Considerando o fato de que o BICBANCO definiu sua moeda funcional como sendo “Real” (BRL), estas operações trazem para o balanço o risco de moeda e de taxa de juros em dólar. No mesmo momento que efetua estas captações, o BICBANCO contrata operações de Swap com o propósito de converter sua exposição fixa em Dólares Norte-Americanos (USD) em uma exposição em uma taxa flutuante em “Real” (CDI), indexador este da maior parte das operações de crédito concedidas pelo BICBANCO.

Conforme anteriormente mencionado nesta nota explicativa, todos os derivativos (passivos financeiros para negociação) devem necessariamente ser mensurados ao valor justo, assim como os outros passivos financeiros ao valor justo através do resultado. Não obstante ao fato do Banco estar economicamente protegido das variações dos juros e moeda estrangeira, este modelo contábil pode acarretar volatilidade no resultado da instituição durante a vigência das operações.

Os demais passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

A classificação das captações externas na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” viabiliza a neutralização do efeito da mensuração do valor justo dos derivativos, uma vez que os passivos assim designados em sua originação são mensurados ao valor justo.

O quadro abaixo tem o propósito de comparar o valor justo que está sendo utilizado contabilmente para mensuração de referidos passivos (incluindo todos os fatores de risco), o valor justo desconsiderando o fator de risco de crédito e o custo amortizado (utilizado para mensuração do valor base para liquidação das obrigações no vencimento):

	2014			2013		
	Custo Amortizado	Valor Justo (sem risco de Crédito)	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo (sem risco de Crédito)	Valor Justo
Dívidas subordinadas	815.616	892.515	892.515	718.464	763.228	760.022
Obrigações por empréstimos no exterior	233.842	223.581	223.581	705.273	683.377	680.507
Obrigações por títulos e valores Mobiliários	920.658	929.835	929.835	811.937	826.687	823.215
Total	1.970.116	2.045.931	2.045.931	2.235.674	2.273.292	2.263.744

e). Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis. No mesmo sentido, os passivos financeiros, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo através do resultado são avaliados ao custo amortizado.

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo.

	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	409.853	409.853	1.241.850	1.242.124
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.765.727	10.155.116	10.617.419	11.039.301
Outros empréstimos e recebíveis	42.604	42.604	35.602	35.602
Outros ativos financeiros	150.935	150.935	78.971	78.971
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO				
Dívidas subordinadas	263.291	396.387	232.270	349.217
Depósitos de instituições financeiras	2.018.873	2.018.960	465.628	506.241
Depósitos de clientes	6.303.785	6.483.318	6.765.907	7.030.435
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	855.966	865.143	1.041.281	1.180.764
Obrigações de empréstimos no país	89.403	89.403	89.252	89.252
Obrigações de empréstimos no exterior	1.789.191	1.778.929	1.742.528	1.931.694
Outros passivos financeiros	-	-	199.724	199.724

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros.

g) Compras normais de ativos financeiros.

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirar ou quando o BICBANCO tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

h) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O BICBANCO apresenta ativos e passivos financeiros líquidos relacionados as operações de compra e venda de moedas estrangeiras, em transações interbancárias e financeiras, as quais o ativo e passivo são liquidados simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2014 os ativos e passivos que foram apresentados líquidos na demonstração financeira representam o valor de R\$ 1.071.766 (2013 - R\$ 941.849).

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando referem-se as Variações cambiais (líquidas) e Ganhos e perdas com ativos e passivos financeiros financeiros (líquidos), conforme demonstrado detalhadamente na **nota nº 31 e 30**, respectivamente.

i) Ativos financeiros não recuperáveis.

Em cada data de balanço, o BICBANCO avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros (exceto aqueles contabilizados ao valor justo através resultado) apresentam alguma evidência de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução do valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. O BICBANCO considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas e coletivas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável, que é estimada considerando o agrupamento de ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características e risco similares.

O BICBANCO considera “evidências objetivas de redução no valor recuperável” os seguintes indicadores:

- a) Quebra contratual, como inadimplência ou mora no pagamento dos contratos;
- b) Classificações definidas pela área de crédito do BICBANCO que indicam deterioração das operações;
- c) Operações de clientes em recuperação judicial;
- d) Operações de crédito renegociadas.

Para ativos instrumentos de dívida ou de patrimônio que sejam negociados em mercado ativo, uma redução significativa no volume de operações ou ausência de liquidez também podem também ser considerados como evidência de redução no valor recuperável, para fins desta análise, estes ativos são periodicamente avaliados pela área de Risco de Mercado do BICBANCO.

As operações identificadas individualmente com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas quanto a expectativa de recuperação considerando aspectos como o situação econômico e financeira do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo estimado para recebimento, garantias, probabilidade de recuperação e outros aspectos relacionados às condições da operação. Esta avaliação visa a obtenção de fatos e dados que serão utilizados para mensuração do valor presente recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pelas taxa de juros efetiva original dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na conta “Perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros”. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação apresenta atraso superior a 60 dias (prazo cujo recebimento dos juros e principal deixa de ser provável).

Na avaliação e cálculo da redução ao valor recuperável coletiva, efetuada tanto para ativos que individualmente não possuam evidência de redução no valor recuperável, quanto para ativos não individualmente significativos, o BICBANCO utiliza percentuais calculados com base em estudos de perda histórica que levam em conta os volumes de perda incorrida nos últimos três anos e o comportamento dos grupos de ativos com características e riscos de crédito similares. Nas situações em que se constatar que os percentuais de perda histórica não representam exatamente as condições atuais de risco de crédito de um grupo de ativos, estes percentuais são ajustados conforme o julgamento da administração. O exercício deste julgamento, quando necessário, leva em conta, dentre outros, as condições atuais da economia (e do cenário doméstico de crédito), e pode levar a ajustes nos percentuais de perda histórica uma vez constatado que as perdas reais possuem a probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A partir de setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de redução do valor recuperável de operações créditos às práticas do novo controlador, a provisão a provisão para redução do valor recuperável a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) aumento no valor base de exposição para determinação de exposição significativa;

- b) maior destaque à utilização de garantias para avaliação do valor recuperável de operações de crédito;
- c) alteração dos indicadores de perda passando a considerar atrasos superiores a 90 dias, operações em recuperação judicial e créditos classificados entre D e H de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do BACEN.
- d) redução do número de anos para apuração da média móvel de perda histórica para apuração da provisão de perda de valor de exposições não significativas;
- e) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do rating de todo o grupo econômico;

As perdas por redução ao valor recuperável com Títulos de investimento disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Os ativos financeiros são retirados do balanço da entidade quando não há mais expectativa de recuperação.

i) Operações compromissadas.

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” ou “Empréstimos e adiantamentos a clientes” (“Depósitos de instituições financeiras” ou “Depósitos de clientes”).

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda.

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor

contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com ativos não circulantes destinados à venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados é informada na **nota nº 36-b**.

m) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Tipo de Ativo	Taxa Anual
Prédios para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Automóveis	20%
Equipamentos de escritório e Informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil

excede seu valor recuperável). Caso seja constatada redução no valor recuperável de um ativo tangível, o valor apurado e as respectivas reversões (se este for o caso) são registrados no resultado do período na linha de “Ganhos (Perdas) com outros ativos (líquidas)”.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Contabilização de leasings.

Leasings financeiros são *leasings* que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamento a clientes” no balanço patrimonial consolidado.

o) Ativo intangível.

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

i. Ágio obtido em uma aquisição de subsidiárias

O ágio é originado no processo de aquisição de subsidiárias.

O ágio representa o excesso do custo da aquisição em razão do interesse da entidade no valor justo dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando este excesso é negativo (deságio), é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é classificado como um intangível de vida útil indefinida, assim sendo, ele não é passível de amortização pelo prazo de benefício econômico futuro esperado.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas) - outros ativos intangíveis” na demonstração consolidada do resultado.

Uma perda por não-recuperação reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

p) Outros ativos.

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

q) Outras obrigações.

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

r) Provisões, ativos e passivos contingentes.

A Administração, ao elaborar as demonstrações financeiras consolidadas, efetua uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda para as entidades consolidadas cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos. De acordo com as normas contábeis, provisões devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Ativos contingentes: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência dependa da ocorrência ou não-ocorrência de eventos além do controle do BICBANCO. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado ou na demonstração consolidada do resultado, mas sim divulgados nas

notas explicativas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, devendo seus efeitos ser apenas divulgado na face das notas explicativas.

Provisões que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as conseqüências do evento que lhes deu origem e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Provisões para passivos contingentes, compromissos, provisões para impostos e outras contingências legais e outras provisões, incluem o valor das provisões reconhecidas para cobrir contingências fiscais e legais e ações judiciais trabalhistas e cíveis e das demais provisões reconhecidas pelas entidades consolidadas.

s) Reconhecimento de receitas e despesas.

Os critérios mais significativos utilizados pelo BICBANCO para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.

- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

t) Garantias financeiras.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O BICBANCO reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado.

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificados para a provisão adequada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foi identificada nenhuma garantia financeira concedida cuja perda tenha sido considerada provável.

u) Impostos sobre a renda.

Os impostos sobre a renda são calculados à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15% para instituições financeiras, após efetuados os

ajustes determinados pela legislação fiscal. Para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na **nota nº 24**.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “correntes”, valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses e “diferidos”, valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “correntes”, valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses e “diferidos”, valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

v) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”.

w) Demonstrações de valor adicionado

O BICBANCO elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

x) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras. Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo.

- Alteração ao IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, foi emitida uma alteração no IAS 32. A alteração citada efetividade após 1º de janeiro de 2014.

O BICBANCO analisou os impactos da adoção das normas e alterações acima mencionadas e não espera impactos relevantes quando da sua adoção.

- Alterações aos IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas: entidades de investimento

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A administração está em processo de análise dos possíveis impactos da adoção das normas e alterações acima mencionadas e até o momento não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras referentes aos exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

- Alteração ao IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13.

Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros (Reconhecimento e Mensuração)

Esta alteração permite a continuação de Hedge Accounting, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma Clearing, dentro de certas condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do BICBANCO

Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do BICBANCO.

3. Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	1.606	1.445
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	173.429	310.479
Depósitos compulsórios no Banco Central	98.214	84.522
	<u>273.249</u>	<u>396.446</u>

4. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2014	2013
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	409.853	1.241.850
	<u>409.853</u>	<u>1.241.850</u>
Tipo:		
Operações compromissadas	22.843	832.800
Depósitos interfinanceiros	157.703	191.111
Outros empréstimos	229.307	217.939
	<u>409.853</u>	<u>1.241.850</u>
Moeda:		
Real	370.652	1.189.661
Dólar norte-americano	39.201	52.189
	<u>409.853</u>	<u>1.241.850</u>
Movimentação		
Saldos no início dos exercícios	1.241.850	1.842.743
Compras (vendas) líquidas	(2.550.503)	(665.455)
Receitas com juros	1.718.506	64.562
Saldos no fim dos exercícios	<u>409.853</u>	<u>1.241.850</u>

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

5. Instrumentos de Dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

	2014	2013
Ativos financeiros para negociação	2.625.367	275.430
Ativos financeiros disponíveis para venda	976.894	1.128.907
	<u>3.602.261</u>	<u>1.404.337</u>
Tipo:		
<i>Ativos financeiros para negociação:</i>	<u>2.625.367</u>	<u>275.430</u>
Títulos do governo brasileiro	2.563.817	220.023
CDB	0	6
Debêntures	0	41.492
Cotas de Fundos de Multimercado	61.550	13.909
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda:</i>	<u>976.894</u>	<u>1.128.907</u>
Títulos do governo brasileiro	976.894	1.128.907
NTN	962.336	1.103.569
Eurobonds	14.558	25.338
Moeda:		
Real	2.625.367	275.430
Dólares norte-americanos	976.894	1.128.907
	<u>3.602.261</u>	<u>1.404.337</u>
Movimentação		
Saldos no início dos exercícios	1.404.337	1.588.971
Compras (vendas) líquidas	2.037.602	(266.098)
Diferenças cambiais	(1.245)	(6.980)
Ganhos com ativos financeiros	159.530	88.444
Saldos no fim dos exercícios	<u>3.602.261</u>	<u>1.404.337</u>

6. Instrumentos de Patrimônio

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

a) Composição

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	1.867	3.850
	<u>1.867</u>	<u>3.850</u>
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	1.615	3.598
Outros ativos financeiros	252	252
	<u>1.867</u>	<u>3.850</u>

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros para negociação, instrumentos de patrimônio.

7. *Instrumentos Financeiros Derivativos*

Os detalhes, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação são indicados a seguir:

a) Composição do valor justo por fator de risco

	Valor de referência	Receber	2014 Pagar
<i>Derivativos</i>			
<i>Contratos de Swap</i>			
CDI x DÓLAR	98.291	34	5.126
AÇÕES BIC x CDI	26.249	2.188	2.935
DÓLAR x CDI	1.001.483	594.677	-
DÓLAR x PRÉ	1.590	381	-
EURIBOR x CDI	6.857	2.840	-
LIBOR x CDI	79.872	38.820	-
Ajuste ao valor de mercado	-	5.239	(461)
Subtotal	<u>1.214.342</u>	<u>644.179</u>	<u>7.600</u>
<i>Contratos de Termo/NDF</i>			
Venda de termo/NDF - Banco	166.186	1.121	4.592
Compra de termo/NDF - Banco	136.133	4.973	313
Subtotal	<u>302.319</u>	<u>6.094</u>	<u>4.905</u>
Total da Carteira	<u>1.516.661</u>	<u>650.273</u>	<u>12.505</u>
<i>Moeda:</i>			
Juros	185.020	41.693	5.126
Moeda estrangeira	1.305.392	601.152	4.905
Ações	26.249	2.188	2.935
Outros	0	5.239	(461)
Total	<u>1.516.661</u>	<u>650.273</u>	<u>12.505</u>

			2013
	Valor de referência	Receber	Pagar
<i>Derivativos</i>			
Contratos de Swap			
CDI x DÓLAR	20.854	18	1.327
AÇÕES BIC x CDI	71.861	17.689	36
DÓLAR x CDI	1.036.982	407.705	-
DÓLAR x PRÉ	2.540	262	-
EURIBOR x CDI	43.368	18.072	-
IPCA x CDI	100.000	16.001	-
LIBOR x CDI	406.838	135.558	-
PRÉ x CDI	938	-	27
Ajuste ao valor de mercado	-	32.363	137
Subtotal	1.683.381	627.668	1.527
Contratos de Termo/NDF			
Venda de termo/NDF - Banco	38.390	443	1.810
Compra de termo/NDF - Banco	12.595	1.853	214
Subtotal	50.985	2.296	2.024
Total da Carteira	1.734.366	629.964	3.551
Moeda:			
Juros	471.998	153.648	1.354
Moeda estrangeira	1.090.507	410.263	2.024
Índices de Preço	100.000	16.001	-
Ações	71.861	17.689	36
Outros	-	32.363	137
Total	1.734.366	629.964	3.551

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos derivativos.

O Banco realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos, como forma de minimização dos riscos resultantes das operações financeiras. Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

- Hedge - para realização de hedge de portfólio estrutural. A estratégia do BICBANCO com estas operações é a realização de “hedge econômico”, sem o viés de aplicação de contabilidade de hedge “hedge accounting”. Neste conceito, estão enquadradas as operações de Swaps utilizadas para proteção do risco de taxa de juros e moeda estrangeira oriundo das captações externas.
- Trading - como instrumento para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.

O BICBANCO opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

8. *Empréstimos e Adiantamentos a Clientes*

a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Modalidade	2014	2013
Empréstimos e adiantamento a Clientes		
Adiantamento a depositante	-	330
Capital de Giro	4.584.027	5.736.187
CDC	547.385	296.919
Cheque especial e conta Garantida	445.957	840.826
Outros Empréstimos - Composição de Dívida	473.834	251.467
Consignado	803.015	761.406
Fianças	5.161	847
Financiamento ao Consumo	328.878	474.487
Financiamento Importação / Exportação	2.229.488	1.758.190
Imobiliário	2.018	2.298
Outros Empréstimos	1.717	342.499
Rural	116.867	145.363
Títulos Descontados	227.380	6.600
Total de Empréstimos e adiantamento a Clientes	9.765.727	10.617.419

As operações de arrendamento mercantil, compoem o saldo da modalidade de "Finaciamento ao Consumo".

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Diversificação por indexador

A seguir, os detalhes, por modalidade, setor do devedor e por fórmula de taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

						2014
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	2.143.877	5.799.789	80.115	1.715.395	26.551	9.765.727
Total	2.143.877	5.799.789	80.115	1.715.395	26.551	9.765.727

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP, UMBNDES e IGPM.

2013

Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros	Total
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	2.113.810	6.988.614	23.457	1.469.932	20.388	10.617.419
Total	2.113.810	6.988.614	23.457	1.469.932	20.388	10.617.419

c) Diversificação por setor de atividade

Setor de Atividade	2014	2013
Setor Público	175.379	241.328
Setor Privado	8.342.321	9.280.915
Agronegócio	276.792	256.136
Indústria	3.981.429	4.286.321
Comercio	1.394.554	1.388.956
Intermediários Financeiros	67.153	129.379
Outros Serviços	2.622.393	3.220.123
Pessoas Físicas	1.248.027	1.095.176
Total	9.765.727	10.617.419

d) Cessão de crédito

d.1) Cessão de crédito para securitizadora de crédito (empresa anteriormente ligada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve cessão para securitizadora de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram cedidas operações de crédito de capital de giro classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, que estavam integralmente provisionadas, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 12.121. Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 21.039. As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

d.2) Cessão de crédito para instituição não financeira

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 31.472

(Dezembro/13- R\$ 98.855) para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, gerando resultado negativo no montante de R\$ 654 (Dezembro/13 - R\$ 13.826). Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, gerando resultado no valor de R\$ 1.879 (Dezembro/13 - R\$ 6.123).

e) Composição da redução ao valor recuperável

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes” são as seguintes:

Empréstimos e adiantamento a clientes

	2014	2013
Operações avaliadas individualmente	698.038	600.262
Provisão para redução ao valor recuperável	(366.884)	(267.037)
	<u>331.154</u>	<u>333.225</u>
Operações avaliadas coletivamente	9.046.159	10.017.156
Provisão para redução ao valor recuperável	(491.122)	(141.403)
	<u>8.555.037</u>	<u>9.875.753</u>
Total empréstimos e adiantamento a clientes	9.744.197	10.617.418
Total provisão para redução ao valor recuperável	(858.006)	(408.440)
Saldo líquido empréstimos e adiantamento a clientes	<u>8.886.191</u>	<u>10.208.978</u>
	<u>2.014</u>	<u>2.013</u>
Saldo inicial de provisão para perda por redução no valor recuperável	408.442	555.257
Constituição/(reversão) de saldos contra provisão de perdas no valor recuperável	957.295	269.521
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável	(507.731)	(416.336)
Saldo final de provisão de perda por redução no valor recuperável	<u>858.006</u>	<u>408.442</u>
Recuperação de créditos compensados	16.420	94.535
Créditos renegociados no período	433.363	232.826
Percentual da provisão sobre a carteira de crédito	8,81%	3,85%

f) Análise dos créditos determinados individualmente com imparidade,

A exposição do BICBANCO a risco de crédito das operações analisadas individualmente com imparidade, superiores a R\$ 6,5 milhões, é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração considera o desempenho econômico, as análises macroeconômicas e setoriais, pontualidade nos pagamentos e garantias recebidas em sua avaliação. Adicionalmente, a área de risco de crédito monitora de forma próxima os clientes e toma ações para limitar sua exposição ou reforçar as garantias quando estas operações apresentarem volatilidade econômica particular. O BICBANCO estabelece a provisão para perda por imparidade que representa sua estimativa de despesas incorridas com as operações de créditos. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposição individual, o qual é determinado através da expectativa de recebimento desses créditos, considerando as garantias dadas ou reforçadas na data base do teste de imparidade. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a provisão para perda com redução do valor recuperável dos ativos individuais com evidências de perda era no montante de R\$ 366.884 e R\$ 138.921, respectivamente.

g) Operações Avaliadas Coletivamente – Carteira vincenda e operações renegociadas.

As operações incluídas neste grupo trata-se de empréstimos e adiantamentos a clientes adimplentes para as quais o BICBANCO não detectou evidências individuais de redução no valor recuperável, bem como operações renegociadas ou cujos termos foram repactuados junto aos clientes. Considerando a linearidade e regularidades das perdas históricas identificadas especificamente para as operações renegociadas o BICBANCO, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 constitui uma redução coletiva do valor recuperável destes ativos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a provisão para perda com redução do valor recuperável das operações avaliadas coletivamente era no montante de R\$ 491.122 e R\$ 141.404, respectivamente. O percentual médio de perda das operações avaliadas coletivamente é de 0,63% em 31 de dezembro de 2014 e de 0,91% em 31 de dezembro de 2013.

h) Ativos que estariam em prejuízo caso não tivessem sido renegociados.

Operações de empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida com prazos renegociados correspondem às transações que foram reestruturados em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores, e nos casos em que o Banco fez acordos e concessões que não consideraria em situações normais de mercado.

As constituições líquidas de provisão ocorridas no período com perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foram sensibilizadas pela recuperação de crédito

baixados para prejuízo no montante de R\$ 16.420 (R\$ 94.536 - 2013). Em 2014 foram renegociados créditos no montante de R\$ 474.280 (R\$ 232.826 - 2013) que possuem provisão de R\$ 166.303 (R\$ 81.044 – 2013).

9. Outros Empréstimos e Recebíveis.

São considerados “Outros Empréstimos e Recebíveis” todos os saldo cujas contra partes não são clientes ou instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica é basicamente composta por saldos pendentes de liquidação junto a bolsa de valores (nos prazos usuais de mercado) e créditos concedidos sem característica de concessão de crédito perfazendo juntos o montante de R\$ 42.604 (2013 - R\$ 35.602).

10. Outros Ativos Financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Carteira de Cambio (liquido)	150.935	78.971
	<u>150.935</u>	<u>78.971</u>

11. Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não financeiros classificados como mantidos para venda são registrados no Balanço patrimonial quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. No caso do BICBANCO estes ativos correspondem, principalmente, a imóveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

A política do BICBANCO consiste em ter o domínio do bem imóvel (mesmo que ainda não tenha a posse), quando for obtido o Auto de Adjucação ou Carta de Arrematação ou Dação em Pagamento (domínio do bem), e para Veículos/Outros será com base na sentença definitiva (domínio do bem). No momento em houver a posse do bem, será feita a baixa do contrato de crédito e a contabilização do bem em “Ativos Mantidos para Venda” pelo valor constante no laudo de avaliação elaborado por perito credenciado pelo Conglomerado BICBANCO, limitado ao valor da dívida.

O laudo especificará os critérios de avaliação e os parâmetros de comparação utilizados para a determinação do valor. O bem estará disponível para venda, somente após a regularização das pendências (exceto emissão de posse). Será reavaliado depois de esgotado o prazo regulamentar (1 ano) + prorrogações + leilão obrigatório. O valor da provisão de perdas será constituído ou complementado sempre que o valor de mercado (avaliação) for inferior ao valor do custo contábil.

A administração efetua esforços para que os ativos mantidos para venda sejam vendidos em no máximo em 3 anos, a partir da data de contagem do prazo, desde que não haja impedimento jurídico. Caso a venda não seja realizada dentro do período mencionado, os fatores que impossibilitaram a venda serão reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração de Resultado Abrangente na rubrica de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)”. Os ganhos e perdas decorrentes de alienação de ativos mantidos para venda são registrados na linha de “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidas)”.

a) Composição

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Ativos mantidos para venda	244.846	431.946
	<u>244.846</u>	<u>431.946</u>
Tipo:		
Máquinas e equipamentos	26.078	35.705
Imóveis	282.922	387.887
Veículos	12.220	11.447
Outros		13.805
Material em estoque	367	
Provisão por redução ao valor recuperável	(76.741)	(16.898)
	<u>244.846</u>	<u>431.946</u>

b) Movimentação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	431.946	405.714
Bens retomados	34.065	113.401
Alienações	(221.165)	(87.169)
Saldo no final do exercício	<u>244.846</u>	<u>431.946</u>

12. Investimentos

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Entidades com controle compartilhado - BrasilFactors	4.164	4.848
	<u>4.164</u>	<u>4.848</u>

O BICBANCO, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%).

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de factoring e forfaiting, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

Por ser constituída sob a forma de joint venture (Empreendimento Controlado em Conjunto) o BICBANCO, como empreendedor, reconhece seu investimento na entidade através do método de equivalência patrimonial proporcional participação detido, ou seja 40%, nas demonstrações financeiras do Banco

13. Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do BICBANCO dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O BICBANCO não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o BICBANCO avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo tangível. Em 2014, foram detectadas perdas no valor recuperável no montante de R\$ 686, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos e edificações	155.790	(39.357)	(212)	116.221
Sistemas de processamento de dados	13.186	(11.121)	(707)	1.358
Instalações, móveis e equipamentos de uso	35.103	(21.528)	(1.797)	11.778
Benfeitorias em imóveis de terceiros	35.498	(35.498)	-	0
Imobilizações em curso	-	-	-	0
Outros	5.685	(3.665)	(39)	1.981
Saldos em 31 de dezembro de 2013	245.262	(111.169)	(2.755)	131.338
Terrenos e edificações	164.275	(54.845)	(10)	109.420
Sistemas de processamento de dados	12.966	(11.644)	(42)	1.280
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.474	(8.914)	(615)	10.945
Benfeitorias em imóveis de terceiros	32.132	(32.132)	-	0
Imobilizações em curso	2.159	-	-	2.159
Outros	2.880	(984)	(19)	1.877
Saldos em 31 de dezembro de 2014	234.886	(108.519)	(686)	125.681

As variações na rubrica “Ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	245.262	271.894
Adições	12.127	22
Alienações	(22.503)	(26.654)
<hr/>		
Saldos no final do exercício	234.886	245.262
Redução ao Valor Recuperável - Impairment	(686)	(2.755)
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(111.169)	(122.241)
Adições	(3.779)	(7.015)
Alienações	6.429	18.087
<hr/>		
Total depreciação no final do exercício	(108.519)	(111.169)
<hr/>		
Saldo líquido do Ativo Tangível	125.681	131.338

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Depreciação e amortização”, na Demonstração do Resultado.

14. Intangível

A composição do saldo da rubrica "Outros ativos intangíveis" é a seguinte:

	Vida útil estimada	2014	2013
Com vida útil definida:			
Gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais	Diversos	8.555	12.717
Amortização acumulada	Até 5 anos	(5.664)	(9.411)
Sem Vida útil definida:			
Ágio Sul Financeira		105.190	105.191
		<u>108.081</u>	<u>108.497</u>

As variações na rubrica "Outros ativos intangíveis" foram as seguintes:

	2014	2013
Saldos iniciais	108.497	109.435
Adições	(4.164)	2.984
Amortizações	3.748	(3.922)
Saldos no final do exercício	<u>108.081</u>	<u>108.497</u>

As despesas com amortização foram incluídas na rubrica "Depreciação e amortização" na Demonstração do Resultado.

O BICBANCO avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo Intangível. Não foram detectadas perdas no valor recuperável destes ativos na data base analisada.

a) Combinação de Negócios (intangível)

Seguindo sua estratégia de expansão das atividades de financiamento ao varejo, o BICBANCO adquiriu 100% do capital da Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil condicionada ao aporte de capital de R\$ 150.000, que ocorreu em 01 de junho de 2010, data que em que ocorreu a efetiva transferência de controle. A principal atividade da Sul Financeira é a atuação no segmento de varejo primordialmente com a concessão de crédito consignado pessoas físicas.

O goodwill (ágio) de R\$ 105.190, representado pelo excedente do valor justo da contrapartação paga aos antigos controladores e o valor justo do patrimônio líquido, está consubstanciado basicamente na expectativa de rentabilidade futura oriunda da sinergia entre BICBANCO e Sul Financeira. Esta expectativa encontra-se devidamente suportada em laudo de empresa especializada.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado a unidades geradoras de caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (nota 37).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2014.

Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	105.190
	<u>105.190</u>
Segmento operacional:	
Varejo	105.190
	<u>105.190</u>
	<u>Varejo</u>
Principais premissas:	
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	10 anos
Taxa de crescimento na perpetuidade	5,0% a.a.
Taxa de desconto (2)	17,53%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), considerando a metodologia de cálculo: $KE = RF + \beta \cdot (RM - RF)$ dos fatores descritos abaixo:

RF	Taxa Referencial BMF para 10 anos em Dez-12 (BMFBovespa)	11,77%
Beta	Beta ajustado (Modelo Scholes & Williams) por liquidez/tamanho de BICB4, 5Y, retornos semanais (FBM)	0,96
$RM - RF$	Prêmio de mercado implícito, DEZ-12 (Damodaran/NYU)	6,0%
KE BRL	Custo de capital próprio em BRL nominal	17,53%

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

15. *Outros Ativos*

a) A composição dos saldos da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dividendos a receber	18	18
Adiantamentos e antecipações Salarias	1.492	5.200
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	3.345	84
Outros pagamentos	4.920	6.539
Despesas antecipadas	65.193	48.674
Devedores diversos	28.671	44.411
Demais contas	464	29.484
	<u>104.103</u>	<u>134.410</u>

16. Depósitos de Instituições Financeiras

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	2.018.873	465.628
	2.018.873	465.628
Tipo:		
Depósitos Interfinanceiros	401.990	422.294
Obrigações por operações Compromissadas	1.614.644	41.101
Outras instituições	2.239	2.233
	2.018.873	465.628
Moeda:		
Real	2.018.873	465.628

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o BICBANCO não detinha em sua carteira própria instrumentos de dívida vinculados como garantia de operações compromissadas.

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos de instituições financeiras.

17. Depósitos de Clientes

A composição, por classificação, tipo e rubrica “Depósitos de clientes” é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	6.306.139	6.765.907
	<u>6.306.139</u>	<u>6.765.907</u>
Tipo:		
Depósitos a prazo	6.040.543	6.267.921
Depósitos à vista	217.298	346.599
Depósitos Poupança	12.834	14.288
Outros Depósitos	21.975	137.099
Relações com correspondentes	10.332	-
Depósito em moeda estrangeira	3.157	-
	<u>6.306.139</u>	<u>6.765.907</u>
Moeda:		
Real	6.302.982	6.765.907
Dólar Norte-americano	3.157	-
	<u>6.306.139</u>	<u>6.765.907</u>

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos a clientes.

18. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	855.966	1.041.281
Outros passivos ao valor justo através do resultado	<u>929.835</u>	<u>823.215</u>
	1.785.801	1.864.496
Tipo:		
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
Obrigações por títulos e valores no exterior	109.453	178.954
Recursos em moeda nacional	746.304	861.853
Obrigações por aceites de títulos cambiais	<u>209</u>	<u>474</u>
	855.966	1.041.281
<i>Outros passivos ao valor justo no resultado</i>		
Obrigações por títulos e valores no exterior	<u>929.835</u>	<u>823.215</u>
	929.835	823.215

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações por títulos e valores mobiliários.

A composição, por moeda de emissão, do saldo dessa rubrica é a seguinte:

<u>Moeda de emissão</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Real	746.304	861.854
Dólar norte-americano	<u>1.039.497</u>	<u>1.006.311</u>
Saldos no final do exercício	1.785.801	1.868.165

19. Dívidas Subordinadas

Os detalhes do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Outros Passivos ao Valor Justo no resultado	892.515	760.022
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	263.291	232.270
	<u>1.155.806</u>	<u>992.292</u>
Tipo:		
Outros Passivos ao valor justo no resultado		
Títulos e valores no exterior	86.308	133.764
Eurobonds	806.207	626.258
	<u>892.515</u>	<u>760.022</u>
Passivos Financeiros ao custo amortizado		
CDB Subordinado	263.291	232.270
	<u>263.291</u>	<u>232.270</u>

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

Moeda:	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dólar norte-americano	892.515	861.854
Real	263.291	1.006.311
	<u>1.155.806</u>	<u>1.868.165</u>

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dívidas subordinadas em cada fim de exercício.

20. Obrigações de Empréstimos no País

A composição dos saldos da rubrica "Obrigações de empréstimos no país" é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	<u>89.403</u>	<u>89.252</u>
	89.403	89.252
Sendo:		
Obrigações por repasses - Outras Instituições oficiais	78.069	74.621
Outros fundos e programas	<u>11.334</u>	<u>14.631</u>
	89.403	89.252
Moeda:		
Real	<u>89.403</u>	<u>89.252</u>
	89.403	89.252

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no país.

21. Obrigações de Empréstimos no Exterior

A composição dos saldos da rubrica "Obrigações de empréstimos no exterior" é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Classificação:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.789.191	1.742.528
Outros passivos ao valor justo através do resultado	<u>223.581</u>	<u>680.507</u>
	2.012.772	2.423.035
Sendo:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado		
Financiamento a Importação / exportação	1.728.612	1.645.439
Obrigação por repasse no exterior	49.098	76.622
Outras obrigações	<u>11.481</u>	<u>20.467</u>
	1.789.191	1.742.528
Outros passivos ao valor justo através do resultado		
Financiamento a Importação / exportação	20.264	35.893
Obrigação por repasse no exterior	<u>203.317</u>	<u>644.614</u>
	223.581	680.507
Moeda:		
Dólar norte-americano	<u>2.012.772</u>	<u>2.423.035</u>
	2.012.772	2.423.035

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no exterior.

22. Outros Passivos Financeiros

Refere-se ao valor das cotas seniores dos FIDCs, registradas como passivo no processo de consolidação dos FIDCs.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações FIDIC	-	199.724
	<u>-</u>	<u>199.724</u>

A **nota nº 36-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, outros passivos financeiros.

23. Provisões

O BICBANCO e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

b) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

b.1) CSLL x Isonomia: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. **O valor envolvido está sendo depositado em juízo.**

b.2) COFINS x Lei nº 9.718/98: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98.

b.3) PIS x Lei nº 9.718/98: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98.

b.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº

4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

b.5) PIS - Emenda Constitucional nº 17/97: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70.

b.6) INSS – Avulsos/Autônomos/Administradores: pleiteia compensar recolhimentos indevidos, em face do Supremo Tribunal Federal ter declarado inconstitucional os termos “empresários” e “autônomos”, por não encontrarem fundamento no inciso I, art. 195, da Constituição Federal – CF, o qual, até o advento da Emenda Constitucional – EC nº 20/98, previa instituição de contribuição social apenas sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro. O valor envolvido foi depositado em juízo. Decisão totalmente favorável transitada em julgado no 1º semestre de 2013. Aguardando levantamento integral do depósito judicial.

c) Passivos contingentes classificados como perda possível

c.1) Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior – valor envolvido R\$ 10.101: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. **O valor envolvido foi depositado em juízo.**

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 16.489: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas

expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. **O valor envolvido foi depositado em juízo.**

PDD / 1994 – valor envolvido R\$ 18.285: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Diferenças de Recolhimentos – valor envolvido R\$ 14.844: apuradas em processo de fiscalização, foram incluídas no Refis IV da Lei nº 11.941/2009, na modalidade de pagamento à vista, mediante conversão de depósito judicial em renda da União Federal. **O valor envolvido foi depositado em juízo.**

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 57.884: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10/10/2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do Art. 7º, XI, da Constituição Federal e Art. 28, § 9º, j, da Lei nº 8.812/1991.

INSS – Aviso Prévio Indenizado – valor envolvido R\$ 1.069: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no Art. 22º, inciso I, e no Art. 28º, da Lei nº 8.212/2009.

Em 09 de outubro de 2013 foi editada a Lei nº 12.865/13 (conversão da MP 615/2013), que dentre outras disposições, prevê a faculdade de adesão às novas modalidades de pagamento ou parcelamento de débitos fiscais federais. A administração do BICBANCO, após consulta aos seus assessores legais, decidiu pela não inclusão de débitos no Refis IV, por entender que permanecem as possibilidades de desfecho favorável nas teses em discussão.

c.2) Processos trabalhistas

O BICBANCO possui 95 (Dez/13 – 94) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 17.533 (Dez/13 – R\$ 13.522). Existem 121 (Dez/13 – 120) processos, cujas verbas

indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 41.618 (Dez/13 – R\$ 20.564), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 14.412 (Dez/13 – R\$ 11.157). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

c.3) Processos cíveis

O BICBANCO possui 2.861 (Dez/13 – 2.887) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 71.908 (Dez/13 – R\$ 34.837). O BICBANCO possui 614 (Dez/13 – 652) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 883.576 (Dez/13 - R\$ 696.308), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 355.764 (Dez/13 - R\$ 264.540). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

d) Movimentação das provisões para obrigações legais e passivos contingentes, classificados como perda provável:

Descrição	BICBANCO CONSOLIDADO				
	2013	Adição	Reversão	Utilização	2014
Cíveis	34.837	45.606	(3.814)	(4.721)	71.908
Trabalhistas	13.522	8.865	(463)	(4.391)	17.533
Subtotal	48.359	54.471	(4.277)	(9.112)	89.441
Fiscais e previdenciárias	2013	Adição	Reversão	Atualização	2014
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	110.665	-	-	8.082	118.747
PIS - Receita Bruta Operacional - EC 10/96 e EC 17/97	11.446	-	-	316	11.762
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	60.049	3.835	(100)	4.705	68.489
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	369.792	24.702	-	30.387	424.881
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	947	-	-	488	1.435
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	347	-	(188)	-	159
Subtotal	553.246	28.537	(288)	43.978	625.473
Total	601.605	83.008	(4.565)	34.866	714.914

Para as contingências acima descritas o BICBANCO depositou em garantia (nota 11 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 8.607 (2013 - R\$ 8.967) – processos Cíveis, R\$ 13.067 (2013 – R\$ 10.880) – processos Trabalhistas e R\$ 207.595 (2013 – R\$ 198.019) – processos Fiscais, estes valores foram alocados na rubrica “Empréstimos e Adiantamento a Instituições Financeiras”

24. Impostos de Renda Correntes e Diferidos

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2014		2013	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(952.141)	(952.141)	(40.989)	(40.989)
(-) Juros sobre o capital próprio	-	-	(52.000)	(52.000)
(-) Participações nos lucros	-	-	(8.571)	(8.571)
Base de cálculo	(952.141)	(952.141)	(101.560)	(101.560)
Adições temporárias	1.485.612	1.485.620	667.240	667.053
Adições permanentes	166.354	158.487	157.061	148.490
Exclusões	(674.245)	(712.449)	(838.405)	(842.640)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	25.580	(20.483)	(115.664)	(128.657)
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	364.796	372.280	122.528	129.727
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(28.384)	(9.780)	(31.324)	(15.753)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	361.992	342.017	(24.460)	(14.683)
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CS	8.230	5.234	8.780	10.247
Adicional de 10% de IR	5.463	-	5.830	-
Impostos correntes	13.693	5.234	14.610	10.247
Conciliação do Resultado				
Impostos correntes	13.693	5.234	14.610	10.247
Deduções do imposto (Incentivos Fiscais)	-	-	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(13.486)	(2.236)	7.091	5.225
(=) Provisão de IR e CS	207	2.998	21.701	15.472
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(293.246)	(177.954)	(185.048)	(111.222)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	(91.199)	(55.842)	(30.632)	(19.459)
Realização do crédito tributário (Reversão de adições temporárias)	128.384	77.028	151.195	90.577
Realização do crédito tributário (s/ compensação prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	7.096	1.467	7.832	2.363
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(248.965)	(155.301)	(56.653)	(37.741)
Total	(248.758)	(152.303)	(34.952)	(22.269)
Imposto de renda e contribuição social		(401.061)		(57.221)

a. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes da tributação	(952.141)	(40.989)
Imposto de renda corrente (nota 24.a)	(18.927)	(24.857)
Alíquota efetiva	1,99%	60,64%

A alíquota efetiva se diferencia da alíquota vigente aplicada para a apuração do imposto de renda, conforme as adições e exclusões apresentados a seguir:

	<u>2014</u>	<u>Alíquota</u>
Resultado antes do imposto de renda	(951.457)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(380.583)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Resultado na agência no exterior	(8.563)	
Participações nos lucros	(7.867)	
Despesa não dedutível - atualização depósito	(2.622)	
Outras adições permanentes indedutíveis	(1.152)	
Imposto de renda do exercício	(401.061)	42%

b) Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes

Os saldos da rubrica "Imposto de renda correntes" é composto por:

	2014	2013
Impostos de Renda e Contribuição Social a Compensar	96.185	113.439
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	(27.409)	(33.822)
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre Salários	(11.090)	(11.135)
Outros	5.500	(3.136)
Total Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes (*)	63.186	65.346

(*)No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o montante líquido dos impostos de renda e contribuição social correntes no valor de R\$ 63.186 e R\$ 65.346, foi divulgado no ativo e no passivo, respectivamente, nas rubricas de "Imposto de renda - correntes".

c) Impostos Diferidos

Os saldos da rubrica "Impostos diferidos" Ativo / (Passivo) é composto por:

	2014	2013
Crédito Tributário	1.029.715	615.894
Passivos Diferidos		
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	(8.211)	(14.000)
IR sobre Superveniência de depreciação	(30.554)	(40.313)
	(38.765)	(54.313)
Total de Impostos Diferidos	990.950	561.581

d) Realização dos créditos

Com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 34,4% até dezembro de 2015, 31,5% até dezembro de 2016, 3,9% até dezembro de 2017, 1,0% até dezembro de 2018, 27,7% até dezembro de 2019, 0,2% até dezembro de 2020, 0,2% até dezembro de 2021, 0,2% até dezembro de 2022, 0,2% até dezembro de 2023 e 0,7% até dezembro de 2024.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros, suportados por estudos técnicos, sendo que o ativo fiscal diferido somente é reconhecido na medida em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado no tempo.

A Administração acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado, serão suficientes a suportar a manutenção do registro dos créditos tributários.

25. Outras Obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dividendos a pagar	914	914
Gratificações e participações a pagar	440	400
Obrigações por aquisições de bens e direitos	12.711	12.711
Despesas de pessoal	17.708	14.010
Outras despesas administrativas	4.146	5.671
Outros pagamentos	30.596	45.973
Credores diversos - país	95.539	7.241
Rendas Antecipadas	26.099	20.196
	<u>188.153</u>	<u>107.116</u>

26. Patrimônio Líquido

a) Capital

O capital social do banco é de R\$ 2.012.810 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal, totalmente realizado e homologado pelo Banco Central do Brasil.

A composição do capital realizado e homologado pelo Banco Central do Brasil está demonstrada no quadro a seguir:

	Ações					
	2014			2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Residentes no Brasil	160.206.832	60.174.926	220.381.758	160.206.832	60.174.926	220.381.758
Residentes no exterior	1	32.521.810	32.521.811	1	32.521.810	32.521.811
Total de ações	160.206.833	92.696.736	252.903.569	160.206.833	92.696.736	252.903.569
Total em Reais	867.955.095	566.250.703	1.434.205.798	867.955.095	566.250.703	1.434.205.798

b) Ações em tesouraria

A Administração do BICBANCO, por meio das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- 1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- 2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.
- 3) O valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 5,70 (Dezembro/13 - R\$ 7,39).

No primeiro semestre de 2014, o BICBANCO transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações) e no primeiro semestre de 2013 referentes ao ano de 2012 (173.834 ações), mediante entrega de ações, de acordo com a Resolução nº 3.921/10, no montante de R\$ 2.402 (Jun/13 - R\$ 1.086) ao custo médio de 7,82 (Jun/13 – R\$ 6,25). (Ver nota explicativa 16.b).

As ações em tesouraria apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Descrição	Em R\$ mil	Nº de ações
<u>Saldo Final em 31/12/2013</u>	-	-
Recompra de ações (4º programa)	57.507	6.705.706
Pagamento em ações – Resolução nº 3.921/10	(2.402)	(307.188)
<u>Saldo Final em 31/12/2014</u>	<u>55.105</u>	<u>6.398.518</u>

c) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

	2014	2013
Lucro líquido (BRGAAP – Legislação Societária)	(735.158)	61.256
Reserva legal	-	(3.063)
Base de cálculo	(735.158)	58.193
Juros sobre o Capital Próprio	-	52.000
IRRF – 15%	-	(7.800)
Dividendos		
Valor pago	-	44.200
% sobre a base de cálculo	0,00%	75,95%

d) Reservas

Reserva legal – Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitado a 20% do capital social.

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do Banco mediante acumulação de lucros remanescentes não distribuídos aos acionistas.

27. Garantias Prestadas

O BICBANCO oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Como exigido, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores nocionais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	2014	2013
Garantias prestadas		
Avais e fianças	2.472.199	2.145.362
Performance exportação	1.685.203	1.871.458
Carta de crédito	61.873	17.966
Custódia	80.031	76.923
Cobrança de exportação	1.543.299	1.776.569
Total de garantias prestadas	4.157.402	4.016.820

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram detectadas garantias fornecidas pelo BICBANCO cujo exercício tenha sido considerado como “provável”. Isto posto, o valor máximo do passivo constituído foi o valor justo das comissões recebidas, que são reconhecidas como receita durante o prazo de vigência das garantias. Não foram constituídas provisões para fazer face às perdas prováveis.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as letras de crédito financeiras

standby estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

28. *Receitas e Despesas com Juros e Similares*

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2014	2013
Receitas de juros e similares	1.718.506	1.836.154
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	113.808	64.562
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
- Operações de crédito	1.559.244	1.698.642
Operações sem impairment	1.513.978	1.653.376
Operações com Impairment	45.266	45.266
- Operações de arrendamento mercantil	45.454	72.950
Operações sem impairment	45.454	72.950
Despesas de juros e similares	(1.718.336)	(1.499.643)
Depósitos de instituições financeiras		
- Depósitos interfinanceiros	(36.532)	(38.316)
- Captação no mercado aberto	(14.066)	(4.359)
Depósitos de clientes		
- Poupança	(933)	(806)
- A prazo	(797.404)	(649.557)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(422.877)	(335.355)
Obrigações de empréstimos no país	(43.500)	(37.581)
Obrigações de empréstimos no exterior	(372.110)	(402.756)
Comissões de Crédito Consignado	(30.913)	(30.913)
Receita Líquida com Juros	170	336.511

29. Receitas de Tarifas e Comissões

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras rendas de tarifas bancárias - PJ	30.380	32.931
Rendas de garantias prestadas	38.542	31.544
Rendas de outros serviços	19.343	17.091
Rendas de tarifas bancárias - PF	144	180
Rendas de administração de fundos de investimentos	545	-
	<u>88.954</u>	<u>81.746</u>

O quadro acima já demonstra o saldo de tarifas e comissões, líquida do imposto sobre serviços (ISS).

30. Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Composição

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos (perdas) com:		
Ativos financeiros para negociação	292.784	238.639
Outros ativos ao valor justo através do resultado	1.798	6.210
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(47.745)	(21.087)
Sendo:		
Ativos financeiros para negociação		
Instrumentos de dívida	157.733	82.234
Instrumentos de patrimônio	2.684	(9.728)
Derivativos	132.367	166.132
Outros ativos ao valor justo através do resultado		
Instrumentos de dívida	1.798	6.210
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(47.745)	(21.087)
	<u>246.837</u>	<u>223.762</u>

31. Diferenças Cambiais (Líquidas)

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos (perdas) com:		
Variação cambial de ativos e passivos	175.112	158.966
Sendo em ativos financeiros		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.153	12.715
Instrumento de dívida	(1.245)	(6.980)
Sendo em passivos financeiros		
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(192.513)	(200.732)
Obrigações por empréstimos no exterior	(314.559)	(314.559)
Outros passivos financeiros (carteira de câmbio)	679.276	668.522
	<u>175.112</u>	<u>158.966</u>

32. Outras Receitas (Despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recuperação de encargos e despesas	4.52	3.452
Programa de remuneração aos funcionários	(71.772)	(65.124)
Remuneração dos administradores	(25.196)	(25.900)
Reversão de contingências tributárias	-	-
Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(38.842)	(38.842)
Outras (despesas) Receitas	113.436	40.340
	<u>(17.850)</u>	<u>(86.074)</u>

33. Despesas com Pessoal

A composição da rubrica “Outras despesas de pessoal” está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários	138.160	124.000
Benefícios	22.163	19.791
Encargos Sociais	44.956	42.083
Honorários de diretoria	14.593	14.892
Outros	<u>2.586</u>	<u>2.434</u>
	222.458	203.200

34. Outras Despesas Administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imóveis, instalações e materiais	43.155	41.533
Tecnologia e sistemas	17.675	16.576
Publicidade	5.153	6.121
Comunicações	4.066	5.109
Ajudas de custo e despesas de viagem	2.344	2.865
Serviços de terceiros	62.806	61.090
Prêmios de seguros	1.082	927
Sistema de transporte	2.172	2.660
Despesas do Sistema Financeiro	12.884	14.762
Outras despesas administrativas	17.454	16.873
	<u>168.791</u>	<u>168.516</u>

35. Despesas Tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 51.280 (2013 – R\$ 67.589)

36. Outras Divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Banco não detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros.

b) Vencimento residual

Em atendimento ao IFRS7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente gap de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	31 de dezembro de 2014						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	101.160	172.089	-	-	-	-	273.249
Instrumentos de dívida	15.452	58	77.270	937.869	302.164	2.269.448	3.602.261
Instrumentos de patrimônio	1.867	-	-	-	-	-	1.867
Derivativos	-	2.305	367.747	280.221	-	-	650.273
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	155.051	22.354	232.448	-	-	409.853
Empréstimos e adiantamentos a clientes	368.315	3.048.868	2.994.181	2.840.918	87.734	425.711	9.765.727
Outros empréstimos e recebíveis	-	17.138	3.954	21.512	-	-	42.604
Outros Ativos Financeiros	-	469.663	753.040	(1.071.766)	-	-	150.935
Total	486.794	3.865.172	4.218.545	3.241.202	389.898	2.695.159	14.896.769
Passivo:							
Depósitos de instituições financeiras	2.239	71.412	196.437	231.401	1.379.298	138.086	2.018.873
Depósitos de clientes	242.028	1.298.069	2.326.036	2.437.710	2.296	-	6.306.139
Derivativos	-	10.524	1.287	694	-	-	12.505
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	240.043	1.305.222	240.534	-	-	1.785.801
Dívidas subordinadas	-	-	13.406	424.140	-	718.260	1.155.806
Obrigações de empréstimos no país	-	55.463	30.800	3.140	-	-	89.403
Obrigações de empréstimos no exterior	-	519.141	820.471	612.460	30.350	30.350	2.012.772
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Total	244.267	2.194.652	4.693.659	3.950.079	1.411.943	886.696	13.381.299
GAP de Liquidez	242.527	1.670.519	(475.114)	(708.877)	(1.022.045)	1.808.463	1.515.473

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	87.505	308.941	-	-	-	-	396.446
Instrumentos de dívida	16.200	6	137.940	986.011	252.497	11.683	1.404.337
Instrumentos de patrimônio	3.850	-	-	-	-	-	3.850
Derivativos	-	70.243	94.349	304.838	63.187	97.346	629.963
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	945.221	44.729	251.900	-	-	1.241.850
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	3.980.500	3.711.539	2.659.921	86.823	178.636	10.617.419
Outros empréstimos e recebíveis	-	9.470	4.326	21.806	-	-	35.602
Outros Ativos Financeiros	-	53.054	25.917	-	-	-	78.971
	-	-	-	-	-	-	-
Total	107.555	5.367.435	4.018.800	4.224.476	402.507	287.665	14.408.338
Passivo:							
Depósitos de instituições financeiras	2.233	149.062	44.180	82.507	102.094	85.551	465.627
Depósitos de clientes	372.098	942.636	1.532.498	3.798.184	120.491	-	6.765.907
Derivativos	-	2.693	858	-	-	-	3.551
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	387.527	362.602	269.768	21.385	-	1.041.282
Dívidas subordinadas	-	-	10.062	-	72.968	149.240	232.270
Obrigações de empréstimos no país	-	37.707	25.660	25.885	-	-	89.252
Obrigações de empréstimos no exterior	-	804.039	702.079	149.941	46.321	40.149	1.742.529
Outros passivos financeiros	199.724	-	-	-	-	-	199.724
	-	-	-	-	-	-	-
Total	574.055	2.323.664	2.677.939	4.326.285	363.259	274.940	10.540.142
GAP de Liquidez	(466.500)	3.043.771	1.340.861	(101.809)	39.248	12.725	3.868.297

d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e Equivalente de Caixa	2014	2013
Disponibilidades	175.098	308.503
Aplicações Mercado Aberto	22.843	832.800
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	50.324	59.901
Aplicações Moedas Estrangeiras	39.201	7.301
	<u>287.466</u>	<u>1.208.505</u>

e) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O BICBANCO é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (Inter-American Development Bank), IFC (International Finance Corporation) e devedor por empréstimos obtidos junto ao IIC (Inter-American Investment Corporation), IDB (Inter-American Development Bank) e IFC (Internacional Finance Corporation), para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os indicadores são monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores acima mencionados.

Os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN.

f) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabelas a seguir, para os anos indicados.

Lucro por ação básico	2014	2013
Lucro líquido disponível aos acionistas	(551.080)	16.233
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	160.207	160.207
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	92.697	92.697
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários	(3,44)	0,10
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais	(5,94)	0,18
Lucro por ação diluído	2014	2013
Lucro líquido disponível aos acionistas ordinários	(336.750)	9.919
Lucro líquido disponível aos acionistas preferenciais	(194.846)	5.739
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	160.207	160.207
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	92.697	92.697
Lucro por ação diluído atribuível aos acionistas ordinários	(2,10)	0,06
Lucro por ação diluído atribuível aos acionistas preferenciais	(2,10)	0,06

g) Contratos de seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

37. Segmentos Operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de operações de crédito com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui operações de crédito consignado para empregados do setor público, segmento este no qual o Banco opera por mais de dez anos com baixo histórico de inadimplência.

A distribuição geográfica das receitas geradas pelos segmentos Atacado e Varejo não é uma informação relevante no processo de tomada de decisão da alta diretoria da instituição. Considerando este cenário e ainda o fato de que estas informações não estão disponíveis, o BICBANCO optou por não divulgá-las.

Todas as receitas demonstradas no quadro de segmentação foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas nos exercícios de 2014 e 2013 receitas entre os segmentos Atacado e Varejo.

Notas Explicativas às DF's Consolidadas - 2014 e 2013

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir. Não há diferenças materiais entre a soma das receitas dos segmentos e o resultado contábil do BICBANCO.

	Atacado	Varejo	2014	Atacado	Varejo	2013
Receitas com juros e similares	1.526.820	191.685	1.718.506	1.670.805	165.349	1.836.154
Despesas com juros e similares	(1.622.985)	(95.034)	(1.718.019)	(1.431.561)	(68.082)	(1.499.643)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	246.521	-	246.521	223.762	-	223.762
Diferenças cambiais (líquidas)	175.112	-	175.112	158.966	-	158.966
Receita Líquida com Juros	325.468	96.651	422.120	621.972	97.267	719.239
Resultado de equivalência patrimonial	(685)	-	(685)	-1.205	-	-1.205
Receita de tarifas e comissões	78.875	10.079	88.954	76.699	5.047	81.746
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.850)	-	(17.850)	(86.073)	-	(86.073)
Despesas com pessoal	(207.615)	(14.843)	(222.458)	(190.255)	(12.945)	(203.200)
Outras despesas administrativas	(149.929)	(18.862)	(168.791)	(134.984)	(33.532)	(168.516)
Despesas tributárias	(45.305)	(5.975)	(51.280)	(62.219)	(5.370)	(67.589)
Depreciação e amortização	(24.792)	-	(24.792)	(22.155)	-	(22.155)
Desconto ao valor recuperável de ativos financeiros	(872.725)	(24.557)	(897.282)	(265.343)	(22.777)	(288.120)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)	(50.215)	(29.862)	(80.077)	(66)	(5.050)	(5.116)
Lucro antes da tributação	(964.772)	12.631	(952.141)	(63.629)	22.640	(40.989)
Total em Ativos	14.484.108	1.189.444	15.673.552	14.421.186	1.016.777	15.437.963
Principal linha de ativo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.678.207	1.087.520	9.765.727	9.701.676	915.743	10.617.419
Total em Passivos	12.332.602	1.944.048	14.276.650	12.623.160	889.444	13.512.604
Principal linha de passivo:						
Depósitos de clientes	5.272.954	1.033.185	6.306.139	5.899.003	866.904	6.765.907

38. Transações com Partes Relacionadas

As partes relacionadas do BICBANCO devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

O BICBANCO e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	2014	2013	2014	2013
Operações de Cessão de Crédito	-	-	-	12.495
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	-	-	12.495
Outros Créditos – Diversos	-	-	-	21.039
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	-	-	21.039
Depósitos à vista	(326)	(7.308)	-	-
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	(3.198)	-	-
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	-	(157)	-	-
Primus Holding S.A. (c)	-	(83)	-	-
Gemini Holding S.A. (c)	-	(116)	-	-
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(326)	(3.754)	-	-
Depósitos de poupança	-	(49)	-	(8)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	-	(49)	-	(8)
Depósitos a prazo	(1.025)	(15.631)	(147)	(4.575)
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	(10.900)	-	(639)
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	-	(540)	-	(31)
Gemini Holding S.A. (c)	-	-	-	(25)
Primus Holding S.A. (c)	-	(56)	-	(11)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(1.025)	(4.135)	(147)	(3.869)
LCA	-	(8.513)	(19)	(1.597)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	-	(8.513)	(19)	(1.597)
LCI	(2.693)	(40.736)	(44)	(304)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(2.693)	(40.736)	(44)	(304)

(a) Controladas e Coligadas diretas ou indiretas;

(b) Controladores e Pessoal Chave da Administração.

Vencimentos e taxas das operações com partes relacionadas:

As operações de LCA foram realizadas com taxas de 97% do CDI para as pós-fixadas e 8% para as pré-fixadas, e possuem vencimento final em até 01 ano. Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 106% do CDI (2013 – 106% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos.

Remuneração da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O BICBANCO efetuou pagamento de remuneração no primeiro semestre de 2013, relativa ao exercício de 2012, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria do BICBANCO Múltiplo e Consolidado:

	2014	2013
Remuneração fixa	14.593	14.892
Remuneração variável	7.536	8.571
Outros	1.759	2.437
Total	23.888	25.900

ii) Benefícios de longo prazo e pós-emprego

O BICBANCO não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

iii) Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria, não dá direito a qualquer compensação financeira, desta forma não existe benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

iii) Outros benefícios

O BICBANCO não concedeu, até a presente data, nenhum benefício de longo prazo ou benefício pós-emprego aos administradores da entidade.

Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

i) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas.

ii) Qualquer entidade controlada pela instituição.

Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária:

2014	
Participações	
Diretas	
Ações Ordinárias	0,00%
Ações Preferenciais	0,35%
Total de Ações	

2013			
Participações			
	Diretas	Indiretas	Total
Ações Ordinárias	34,70%	58,15%	92,85%
Ações Preferenciais	22,91%	3,71%	26,62%
Total de Ações			68,58%

39. *Gestão do Risco*

Gestão de Riscos

A estrutura de controle dos riscos de mercado, crédito e operacional é centralizada, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas e a melhor identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Propicia adicionalmente uma visão global das exposições, de forma a aperfeiçoar e tornar mais ágeis decisões estratégicas. A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios da Instituição.

O Banco dispõe de diversas políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da organização.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

As políticas de gestão de riscos do BICBANCO estão alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir mudanças nos mercados, produtos e regulamentações.

Governança e Responsabilidade sobre Riscos

Na estrutura organizacional do BICBANCO, observa-se um adequado nível de segregação de funções no processo de subordinação das diversas diretorias responsáveis pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos, o que condiz com o porte da Instituição.

No que tange a Gestão de Riscos, o BICBANCO possui três unidades independentes de Gestão de Riscos – Operacional, Mercado e Crédito - subordinadas à Diretoria de Governança Corporativa, que tem seu reporte direto à Vice-Presidência Operacional, que perante o Banco Central foi designado o diretor responsável pela Gestão de Capital.

O Apetite ao Risco

O apetite ao risco refere-se aos tipos e níveis de riscos que de forma ampla a Instituição se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da Instituição.

Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Para o BICBANCO, a estrutura de apetite ao risco é considerada como um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

Cenários dos Testes de Estresse

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BICBANCO em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros podem não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

Os riscos e sua representatividade estão refletidos no quadro abaixo. A análise do quadro revela que o Banco conta com excedendo PR – Patrimônio de Referência para fazer frente aos riscos identificados.

Tabela I– Valores Destacados para cada Parcela de Risco

<u>BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO</u>		
2014		
Descrição	Valor destacado	Risco
Parcela de risco de Crédito – (Pepr)	1.374.929	
Parcela de risco de câmbio – (Pcam)	-	
Parcela de risco de taxas de juros – (Pjur)	-	
Parcela de risco de ações– (Pacs)	8.712	
Parcela de risco operacional- (Popr)	170.136	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	1.553.777	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I	1.160.451	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível II	764.734	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I + II	1.925.185	
Fator de risco – 11% sob (PR)		211.770
Índice da Basileia – (Fator de risco/ PRE)		13,63%
2013		
Descrição	Valor Destacado	Risco
Parcela de risco de Crédito – (Pepr)	1.440.195	
Parcela de risco de câmbio – (Pcam)	-	
Parcela de risco de taxas de juros – (Pjur)	-	
Parcela de risco de ações– (Pacs)	33.536	
Parcela de risco operacional- (Popr)	155.657	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	1.629.388	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I	1.964.622	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível II	860.326	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA – Nível I + II	2.824.948	
Fator de risco – 11% sob (PR)		310.744
Índice da Basileia – (Fator de risco/ PRE)		19,07%

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos pela Resolução nº 2.099/94 do CMN, com alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 3.444/07 e 3.490/07 e Circular nº 3.360/07, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
		Basileia III	Basileia II
Calculo do Índice de Basileia		<u>Dez 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Patrimonio de Referencia Nivel I		1.160.451	1.964.622
- Capital Principal		1.160.451	1.964.622
Patrimonio de Referencia Nivel II		764.734	860.326
- Dívida Subordinada		764.734	860.326
PATRIMONIO DE REFERENCIA		1.925.185	2.824.948
Risco de Credito		1.374.929	1.440.195
Risco de Mercado		8.712	33.536
Risco Operacional		170.136	155.657
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA		1.553.777	1.629.388
Índice de Basileia		13,63%	19,07%
Índice de Capitalização Nível I		8,22%	13,26%
Índice de Capitalização Nível II		5,41%	5,81%

Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado do BICBANCO define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento do Risco de Mercado.

É responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado a manutenção e atualização da Política e estrutura da área e levá-la a discussão à diretoria, anualmente. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado oriundos das atividades comerciais e tesouraria do banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Risco de Mercado perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Abaixo um resumo dos principais riscos de mercado considerados pelo Banco:

Risco de Taxa de Juros: O risco associado à mudanças do valor de mercado de determinado ativo decorrente da variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Risco de Ações: Envolve o índice de ações e as cotações de ações, propriamente ditas e surge pela oscilação de preços ou de índices de ações.

Risco Cambial: É o risco associado às oscilações nas taxas de câmbio assim como sua volatilidade.

Risco de Commodities: É o risco associado à oscilação nos preços de commodities (ex: metais, petróleo, agrícolas).

Risco de Inflação: Decorre da oscilação dos preços de bens e serviços na economia.

Metodologia para Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições, sensibilidades (PV01), testes de estresse e o “Value-at-Risk” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do BICBANCO.

Posições

O monitoramento e controle das posições do banco apenas por seu valor de mercado não fornecem uma sensibilidade adequada a real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco faz-se necessária para um melhor monitoramento e análise das exposições.

Durante o todo o ano de 2014, os níveis médios de risco de mercado não apresentaram mudanças significativas, mantendo-se praticamente estáveis e reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 31 de dezembro de 2014, o VaR para a exposição de trading atingiu R\$ 529,2 mil e o VaR Global (Trading e Banking) – R\$ 64,5 milhões. Comparativamente, em 31 de dezembro de 2013, o VaR para a posição de trading atingiu R\$ 675,6 mil e o VaR Global – R\$ 57,3 milhões.

Análise de Cenários de Estresse

O teste de estresse é um método para medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado. A realização de testes de estresse pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras.

Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável por:

- Definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse;
- Realização e monitoramento dos testes de estresse periodicamente;
- Elaboração dos relatórios de resultados dos testes.

A área de risco de mercado também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira da instituição. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de mercado da instituição visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas / ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

A Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável (Cenário I) e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente BM&F - BOVESPA e uma situação, com deterioração de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o BICBANCO possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo,

especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Cenário 1: Situação provável, que reflete a percepção do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 3 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP, etc.).

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados para a Carteira banking encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Trading – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points
Dólar à Vista	acréscimo de 10%	acréscimo de 25%	acréscimo de 50%
Inflação	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira Trading refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre grandes oscilações, a bolsa brasileira cai.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de -1.000 basis points	deslocamento paralelo de -2.500 basis points	deslocamento paralelo de -5.000 basis points
Dólar à Vista	redução de 10%	redução de 25%	redução de 50%
Bolsa BM&F BOVESPA	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do BICBANCO e calculados para as carteiras (Trading e Banking). Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco (R\$ mil)			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Prefixada em Reais	(891)	(2.428)	(4.710)
Ações e Índices	(302)	(756)	(1.513)
Inflação			(1)
Perda Total	(1.193)	(3.184)	(6.224)
Carteira Banking – resultados para os fatores de risco (R\$ mil)			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(30.907)	(78.567)	(161.177)
Taxa Prefixada em Reais	(27.041)	(64.130)	(117.954)
Ações e Índices	(160)	(402)	(804)
Inflação	(4.418)	(11.151)	(22.659)
Perda Total	(62.526)	(154.250)	(302.594)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da

carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

Indexador	2014	
	Ativo	Passivo
Pré fixado	1.399.327	761.765
LFT / LBC	2.368.218	569.462
CDI	6.035.819	6.176.020
Dólar - BCC Venda	1.891.687	4.005.802
TR Mensal	66.355	12.657
IGPM	26.614	15.294
IPCA	1.136.623	1.086.793
UR1516-BTN	3.028	-
LIBOR-SEMESTRAL	8.744	-
Total	12.936.415	12.627.793

Indexador	2013	
	Ativo	Passivo
Pré fixado	1.866.666	1.102.411
LFT / LBC	25.940	664.835
CDI	7.249.614	8.314.939
Dólar - BCC Venda	4.371.797	4.254.750
TR Mensal	23.134	14.129
IGPM	21.638	27.628
IPCA	1.356.290	1.056.084
Ibovespa Futuro	4.661	-
Total	14.919.740	15.434.776

Backtesting

Backtesting é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo banco.

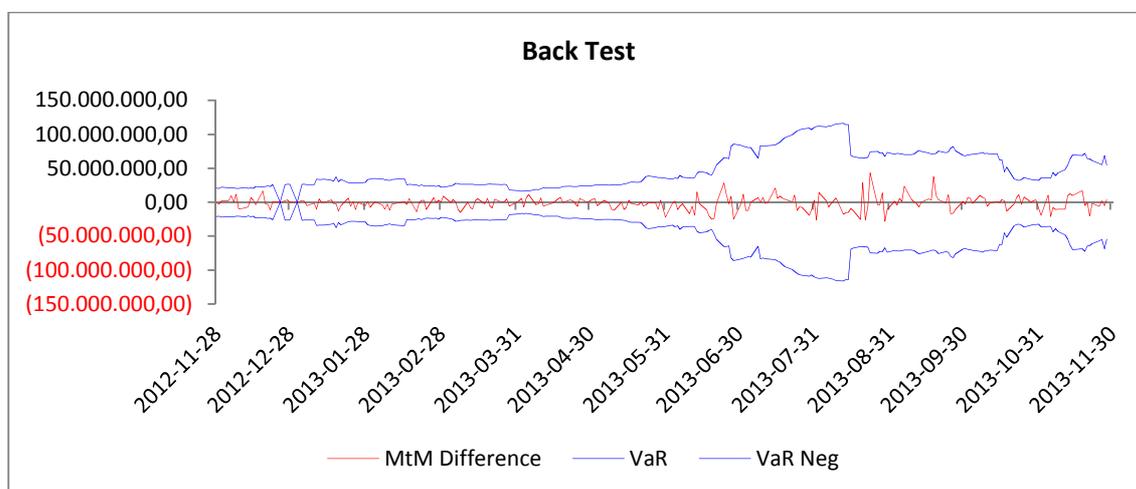
O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos medidos pelas diferenças de valores da carteira a cada dia, quando marcadas a mercado.(clean P&L).

Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um “outlier”, caso a quantidade de “outliers” supere o nível de confiança o modelo deve ser revisado.

O Banco tem como prática a utilização do *backtesting* na validação e aderência do modelo de Value-at-Risk nas carteiras do banco.

A área de risco de mercado é responsável pela realização do *backtesting*.

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). Seu principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. O gráfico a seguir mostra o VaR diário e o resultado correspondente dos últimos 12 meses, no qual os resultados adversos não superaram o estimado, ou seja, o número de rompimentos está dentro do limite definido pelo nível de confiança do modelo adotado, prova de sua consistência.



Value-at-Risk

O Value-at-Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (holding period).

O Value-at-Risk é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório.

Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas. Modelos regulatórios e proprietários podem ter diferentes holding periods e intervalos de confiança.

Sistemas

O BICBANCO utiliza os seguintes sistemas para cálculo e monitoramento de risco de mercado:

- MAPS - RMS Risk Management System : Sistema Global para Cálculo de risco de mercado e controle das posições e cálculo de risco de mercado regulatório;
- Proteu – CRK Soluções Financeiras: Sistema Global para o cálculo de resultados da carteira trading.

Responsabilidades

A área de Risco de Mercado é responsável por:

- Monitorar e analisar posições aos fatores de risco;
- Assegurar que posições estão de acordo com limites estabelecidos e aprovados internamente;
- Assegurar que os procedimentos internos estão de acordo com as políticas de risco de mercado definidos pelo Comitê Financeiro;
- Analisar previamente os fatores de risco de novas operações;
- Calcular e enviar os relatórios regulatórios referentes a risco de mercado;
- Elaborar e revisar documentação das políticas e procedimentos da área de risco de mercado.

Risco de Crédito

Introdução ao tratamento do risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões garante agilidade e foco nas ações de crédito, levando em consideração oportunidades de negócios e mudanças de cenários. A prioridade tem sido fazer crescer o volume de ativos, maximizando a relação de risco/retorno. Para isso, o BICBANCO possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações na Instituição. Difere, portanto, dos conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

Para algumas operações de valores mais representativos, o BICBANCO concede crédito mediante apresentação de uma garantia que mitigue o risco da contraparte.

	2014	2013
Instrumentos de Dívida	3.599.908	1.404.337
Derivativos	650.273	629.964
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	409.853	1.241.850
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.765.727	10.554.820
Outros empréstimos e recebíveis	42.604	35.602
Garantias prestadas	4.157.402	4.016.820
Exposição máxima ao risco de crédito	18.625.767	17.883.393

Garantias Recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no BICBANCO são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o banco, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito – público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título. O Banco se utiliza das garantias pessoais em quase todas as operações de crédito, muito embora representem uma mitigação mais baixa comparada a das garantias reais.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. As operações com recebíveis (caução) representam o segundo grande mitigador do risco de crédito no BICBANCO e está representado por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral. O penhor de direitos, dinheiro ou títulos de crédito também pode ser chamado de caução.

O penhor mercantil está classificado como demais garantias e tem como principal vantagem a possibilidade de uso em operações em que outras garantias não possam ser utilizadas (como no caso do crédito rural). Sua principal desvantagem está ligada à natureza ou ao valor dos bens que são objeto de penhor: depreciação, remoção, transporte, obsolescência, dificuldades de encontrar comprador etc. Essa garantia não é utilizada sempre que for possível constituir alienação fiduciária em garantia, uma vez que

o penhor deve respeitar a preferência dos créditos privilegiados (trabalhistas e fiscais). O penhor mercantil ou industrial pode se constituir no estoque de matéria-prima ou de produto acabado, como bem objeto da relação.

O penhor é também, basicamente, um direito de privilégio na execução de um bem móvel. Tal como no caso da hipoteca, o bem deve ser descrito através de contrato formalizado por instrumento escrito, embora não exija a forma pública. Exige-se também o registro do contrato em cartório de Títulos e Documentos para cautela contra direitos de terceiros. O penhor pode seguir diferentes normas jurídicas: civil, mercantil, cedular etc. Entretanto, todas as modalidades usadas em operações do banco dispensam a exigência da entrega do bem para sua constituição, podendo ser constituído um fiel depositário para se responsabilizar pelo bem, em caso de necessidade.

Do quadro de garantias destacam-se a alienação fiduciária e a hipoteca, sendo que na primeira há a transferência ao credor da propriedade resolúvel do bem, ou seja, o credor terá o domínio do bem vinculado a um termo ou a uma condição resolutiva, já na segunda, um bem imóvel, do devedor ou terceiro, é dado em garantia para assegurar o pagamento de determinada dívida, sem que exista a transferência da posse do bem ao credor.

A hipoteca é o direito real de garantia classificado no quadro como “Bens Imóveis” que dá ao credor o privilégio na execução de um bem imóvel e de suas partes acrescidas. No Direito Civil brasileiro, imóvel é basicamente o terreno. As construções e os bens móveis que nele são colocados representam acessórios e podem incorporar-se ao imóvel. A hipoteca é um contrato formal, que exige a escritura pública (lavrada no livro próprio do cartório de Ofício de Notas) e o registro no cartório de Registro de Imóveis (RGI) da comarca em que estiver o bem, para sua constituição. Sua maior desvantagem é a preferência que sofre para credores trabalhistas e fiscais, que têm direito de receber antes dos credores hipotecários e o prazo de sua execução.

A alienação fiduciária em garantia incide sobre bens móveis, classificados no quadro como “equipamentos e bens” e, mais recentemente, imóveis e consiste na transferência da propriedade do bem para o credor enquanto durar a obrigação garantida. Essa característica permite que se afaste o direito dos credores privilegiados, uma vez que se tratam de bens de terceiros, estranhos ao patrimônio do devedor até a quitação da dívida. A alienação fiduciária, em princípio, não será atingida pela falência ou concordata, por ser um bem estranho à massa falida. Em caso de falência, as chances de recuperação de crédito com garantia hipotecária ou pignoratícia são ainda mais remotas, uma vez que o quadro de classificação dos créditos a serem pagos, depois de todo o longo processo de sindicância, exige antes o pagamento de créditos trabalhistas e fiscais, despesas feitas por terceiros para conservação dos bens e encargos da massa.

Medidas e Ferramentas de Mensuração do Risco de Crédito na Carteira

Ferramentas de *Rating*

O BICBANCO usa modelos próprios de rating internos no que diz respeito à análise de risco da operação, em cumprimento à Resolução 2.682, que dispõe sobre a classificação e constituição de provisão para as operações de crédito, mediante a utilização dos nove níveis de risco. As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, a períodos de atraso e grupo econômico.

Para efeito da avaliação da carteira de crédito, a área de gestão de riscos adotou modelo interno para mensuração do VaR de crédito, cuja fundamentação teórica está baseada em abordagem atuarial. O VaR da carteira de crédito está associado a uma distribuição de perda agregada para um determinado nível de confiança. A média desta distribuição é a Perda Esperada (PE), que representa a expectativa de perda, em média, num determinado período de tempo, cuja proteção é realizada por meio de provisão. Já o Capital Econômico, que está associado à Perda Inesperada, é determinado pela diferença entre o VaR e a PE. Para esta parcela, o Banco protege-se alocando capital para cobertura de riscos. Desta forma, o VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1%, ou seja, a probabilidade que a perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é de 1%.

Para o cálculo do VaR e de outras medidas estatísticas o Banco utiliza a metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes, sendo os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenados e agrupados estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco (VaR) para cada um dos níveis de confiança.

Cálculo da Probabilidade de Inadimplência Individual

Escala de Risco

Paraque seja possível calcular o risco da carteira de crédito, é necessário avaliar cada um dos clientes e definir patamares diferenciados de risco. Representado por uma escala numérica de 1 a 22 (1=menor risco e 22=maior risco), as empresas são agrupadas em classes homogêneas de risco, que indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de inadimplência.

A escala adotada apresenta 19 classes ativas e 3 indicativas de default utilizadas para classificar as empresas inadimplentes no momento da consulta (que apresentam pelo menos um dos eventos caracterizadores de inadimplência).

Probabilidade de Inadimplência

A área de gestão de riscos possui avaliação independente da área de concessão de crédito das classes de risco dos clientes. As 22 classes seguem a indicação da probabilidade de inadimplência associada a cada classe de risco, que oferece a medida objetiva do grau de risco. Apresentamos, a seguir, as probabilidades de inadimplência associadas às classes de risco.

Equivalente Serasa Experian	Probabilidade de Default	Probabilidade média de Default	Risco
1	0,00% a 0,10%	0,05%	Muito Baixo
2	0,10% a 0,20%	0,15%	Muito Baixo
3	0,20% a 0,30%	0,25%	Muito Baixo
4	0,30% a 0,40%	0,35%	Muito Baixo
5	0,40% a 0,50%	0,45%	Baixo
6	0,50% a 0,75%	0,62%	Baixo
7	0,75% a 1,0%	0,87%	Baixo
8	1,00% a 1,25%	1,12%	Baixo
9	1,25% a 1,50%	1,37%	Moderado
10	1,50% a 2,00%	1,75%	Moderado
11	2,00% a 3,00%	2,50%	Moderado
12	3,00% a 4,00%	3,50%	Moderado
13	4,00% a 5,00%	4,50%	Moderado
14	5,00% a 8,00%	6,50%	Moderado
15	8,00% a 10,00%	9,00%	Moderado
16	10,00% a 15,00%	12,50%	Alto
17	15,00% a 30,00%	22,50%	Alto
18	30,00% a 50,00%	40,00%	Alto
19	50,00% a 99,99%	75,00%	Alto
20	Default	Cesta de Eventos	Muito Alto
21	Default	Recup. Judicial e Extra	Muito Alto
22	Default	Falência	Muito Alto

Cálculo do VaR de Crédito

O Banco se utiliza da ferramenta desenvolvida em conjunto com a SERASA EXPERIAN, denominada de Portfólio Multi-Análise. Desenvolvido sobre os critérios de mercado da SERASA, recebe as probabilidades de default ajustadas para cada um dos fluxos e, dado o nível de confiança especificado em sua entrada, calcula o VaR (Value-at-Risk) da carteira de crédito.

No paradigma atuarial o risco é mensurado em termos dos fluxos de caixa futuros, quer dizer, o risco de default de um contrato presente até seu vencimento. Como se trata de uma metodologia atuarial e não de mensuração de valores, a metodologia

atuarial não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo BICBANCO com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente a componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de default aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco (PD) é baseada na avaliação da Serasa Experian e considera a Matriz de Transição que é a principal ferramenta para determinar a probabilidade de que um devedor com uma qualificação determinada mude de qualificação durante um período específico.

O cálculo da LGD (loss given default, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

Gestão de Ativos e Passivos e Risco de Liquidez

Visão Geral

O Banco utiliza o conceito de Liquidez Imediatamente Disponível (LID) como o montante de recursos que podem ser utilizados pelo Banco, sem discussão nem contingências, num prazo que caracteriza a janela de liquidação de 24 horas. A avaliação da liquidez nesse curto período justifica-se devido ao pouco tempo que se tem para a resolução de problemas dentro da janela de liquidação e também ao limitado alcance de se lançar mão de outros instrumentos que normalmente só se podem dar em D+1, D+2 ou D+3. Nessa condição se considera o desfazimento de ativos, cessão ou liquidação de operações, cujo tempo de realização pode ser superior àquele definido, o que limita sua utilização num regime crescente de contingência.

A manutenção da LID tem a finalidade de suprir eventuais necessidades decorrentes da não concretização de eventos previstos no fluxo normal de Ativos e/ou Passivos, num horizonte de tempo e se materializa pela somatória dos haveres registrados em numerário, Títulos do Governo Federal detidos em carteira própria, aplicações com lastro em títulos federais e superávits previstos no fluxo de caixa, o que inclui retorno de

compulsórios. Os recursos para sua manutenção, por sua vez, podem advir de operações com CDB e Capital de Giro próprio da instituição.

Entre os fatores que podem impactar a LID, alguns são de origem exógena ao Banco: mudanças do Risco Brasil, crise internacional provocando estreitamento severo de liquidez sobre o Brasil (crises internacionais), brusca alta de juros ou aperto de liquidez no mercado, sinistro de algum banco de porte médio, seguido de efeito “manada” dos aplicadores, solicitação de liquidez dos depósitos a prazo antes da data prevista, brusca subida de exigência de recolhimentos compulsórios.

E outros, de origem endógena ao Banco: ativos de crédito não performados, inclusive LCs não cobertas pelos importadores, acionamento de Fianças prestadas, saque de Contas Correntes Garantidas (pela parte comprometida e não utilizada), retração dos aplicadores em decorrência de evento negativo afetando a imagem do Banco, deterioração sensível da performance do Banco.

Determinação da Necessidade Potencial de Liquidez do BICBANCO

Regularidade (frequência) das avaliações de cenários.

Os cenários de liquidez têm avaliação diária e possibilita a avaliação do fluxo de recursos para um horizonte de até 180 dias. Considera necessidade potencial de caixa do BANCO, que é uma função dos riscos suportados e também do número de clientes que podem vir a não renovar suas operações simultaneamente.

Para efeito da determinação da necessidade de liquidez do BANCO trabalha-se, inicialmente, com o pressuposto de que o banco só será capaz de executar os ativos após sua janela de liquidação. Esta hipótese possui caráter conservador e justifica-se devido ao pouco tempo que se tem para a resolução de problemas dentro deste horizonte de tempo e também devido à possibilidade de redução ou execução dos ativos cuja liquidação só ocorrerá em D+1, D+2 ou D+3.

A necessidade potencial de liquidez do BICBANCO é analisada segundo dois métodos distintos e complementares, sendo um “*backward-looking*” e outro “*forward-looking*”, ou seja, análise dos volumes históricos dos títulos e análise da carteira atual por meio de testes de estresse, respectivamente. Os dois métodos propostos são complementares, uma vez que o primeiro reflete o que de fato ocorreu no passado enquanto que o segundo “olha para a frente”, baseando-se nas carteiras correntes e nos cenários de estresse determinados.

Análise dos Volumes Históricos Liquidados pelos Clientes – *Backward-Looking*

É possível fazer uma análise retrospectiva do risco de liquidez do BANCO observando-se os impactos, dia a dia, sofridos pela não renovação de clientes.

Análise do Risco de Liquidez por Meio de Teste de Estresse: *Forward-Looking*

A necessidade potencial de liquidez do BANCO é analisada “olhando-se para frente”, isto é, tomando-se como referencial os seguintes conjuntos de informações:

- (i) os cenários de estresse considerados pelo Comitê Financeiro;
- (ii) as posições consolidadas dos clientes; e
- (iii) o número teórico de clientes que podem não-renovar simultaneamente as operações passivas ou de não pagar as operações ativas. Incluem-se, nos cenários de estresse possíveis atrasos no recebimento.

O Comitê Financeiro utiliza esses elementos quando analisa suas projeções.

Com base na análise da Matriz de Necessidade Potencial de Liquidez e também em função da composição dos seus ativos, o Banco poderá dimensionar o volume total das linhas de crédito contratadas ou a necessidade de pronta disponibilidade de seu caixa, bem como ter suficiente tempo para alcançar alternativas no mercado local ou internacional.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da Instituição honrar seus compromissos de curto prazo. O Banco realiza constante acompanhamento do grau de descasamento entre os fatores de risco primários, taxas e prazo entre os ativos e passivos da carteira.

O Banco mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecidos para a Instituição, adotando como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

O BICBANCO possui um sistema integrado de gestão de risco de liquidez que permite atender as demandas regulatórias do BACEN (Resolução nº 2.804). Os resultados das análises dos *Gaps* de Liquidez são apresentados mensalmente no Comitê de Riscos.

Riscos Operacionais

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e elaboração e acompanhamento do plano de ação.

Adicionalmente, são realizados os registros no sistema de base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos na instituição. Esse procedimento tem como finalidade a formação de uma base de dados a ser utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basileia II, e proporciona informações suficientes para a identificação das causas desses riscos.

A conjunção das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com a estratégia e apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pela área e toda a administração da Instituição, com a supervisão do Comitê de Auditoria. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

Categoria de evento de perda	2014	2013
Práticas Inad. Relat.a Clientes/Produtos/Serviços	80,21%	80,05%
Fraude Externa	0,00%	7,02%
Demandas Trabalhistas	19,79%	12,93%
Falhas na Execução e Cumprimentos de Prazos	0,00%	0,40%
Fraude Interna	0,00%	0,00%
Danos a Ativos Próprios ou em Uso pela Instituição	0,00%	0,00%
Eventos de Interrupção das Atividades	0,00%	0,00%
Falhas em Sistemas de Tecnologia da Informação	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

40. Convergência do padrão contábil às normas internacionais de contabilidade (IFRS)

Conforme detalhado na nota 1.b, a transição para o IFRS foi contabilizada de acordo com o IFRS 1 e a data da transição escolhida pelo BICBANCO foi 1º de janeiro de 2009. Consequentemente as políticas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras foram alteradas nesta mesma data com o objetivo de atender o IFRS em relação com as aplicadas para fins de BR GAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo.

Reconciliação entre BRGAAP e IFRS aplicáveis ao Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente consolidados do BICBANCO em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio Líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		1.219.448	1.952.183
Efeitos de consolidação de FIDCs		(4.667)	(3.994)
Patrimônio Líquido - Base IFRS		1.214.781	1.948.189
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:			
Mensuração ao valor justo de captações externas	d	(75.814)	(28.070)
Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira	c	-	(16.778)
Classificação de operações na categoria mantidos até o vencimento	g	(15.767)	(6.916)
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros	b	(8.690)	(6.600)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	a	319.640	12.589
Mensuração de desconto concedido em empréstimos a clientes	h	(43.514)	(29.819)
Reversão da amortização do ágio da Sul Financeira	f	49.627	42.153
Impostos diferidos		(90.192)	10.610
Patrimônio Líquido atribuível à Controladora em IFRS		1.350.071	1.925.359
Lucro Líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		(735.158)	61.256
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:			
Mensuração ao valor justo de captações externas	d	(47.744)	(21.088)
Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira	c	16.778	(15.345)
Designação de instrumentos híbridos na categoria "valor justo através do resultados"	e	(8.851)	-
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros	b	(2.090)	6.175
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	a	307.051	(28.447)
Mensuração de desconto concedido em empréstimos a clientes	h	(13.695)	(29.819)
Reversão da amortização do ágio da Sul Financeira	f	7.474	13.486
Impostos diferidos		(117.009)	30.016
Lucro Líquido atribuído à Controladora em IFRS		(593.244)	16.232

Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao BICBANCO em conformidade com o BRGAAP que diferem significativamente do IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima.

a. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, de acordo com norma específica do Conselho Monetário Nacional . De acordo com essa regulamentação, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável e perdas por redução ao valor recuperável ocorreram se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possa ser confiavelmente estimado.

Deve-se primeiro avaliar individualmente se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individualmente e individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda por redução ao valor recuperável é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

Para ativos individualmente significativos, a perda por redução ao valor recuperável é mensurada com a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

Nova metodologia interna para classificação de clientes e atribuição de ratings (Válido a partir de Setembro de 2014), no BRGAAP.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de ratings, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de ratings de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de ratings, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do rating de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

Em decorrência da alteração exposta acima houve um aumento significativo da diferença entre as provisões de valor recuperável do BRGAAP e IFRS, dado que este último considera apenas as perdas incorridas no processo de cálculo desta provisão.

b. Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros

De acordo com o BRGAAP, as receitas com tarifas cobradas de clientes que constituam receita efetiva devem ser reconhecidas no resultado do exercício a que se referem. Os custos pagos pela instituição para a originação de operações (comissões dos originadores) atualmente são registradas na rubrica de "despesas antecipadas" e reconhecidas como

despesa de acordo com o regime de competência, de forma linear pelo mesmo prazo das operações de crédito geradas. De acordo com o IAS 18, o reconhecimento de receita para taxas de serviços financeiros depende das finalidades para as quais as taxas são fixadas e a base contábil de qualquer instrumento associado. As taxas que são integrantes da Taxa Efetiva de Juros incluem basicamente tarifas / comissões de originação recebidas pela entidade pela geração de ativos financeiros não classificados na categoria “valor justo através do resultado”.

Neste conceito, enquadram-se as Tarifas de Abertura de Crédito (TAC – PJ) e a Tarifa de Administração de Direitos Creditórios (TADC). Essas tarifas incluem remuneração por atividades de avaliação de condições financeiras do tomador, avaliação e registro de garantias, administração do fluxo financeiro dos recebíveis garantidores da dívida, dentre outros. Estas tarifas são parte integrante na geração de um envolvimento contínuo com os instrumentos financeiros resultantes e, juntamente com os respectivos custos de transação, são diferidas e reconhecidas como ajuste à taxa efetiva de juros.

Considerando o conceito acima, enquadram-se neste conceito a Tarifa de Abertura de Crédito (TAC – PJ) e a Tarifa de Administração de Direitos Creditórios (TADC).

A diferença entre a apropriação de juros pela taxa contratual (BRGAAP) e pela taxa efetiva de juros (IFRS) gera ajuste de critério contábil.

c. Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Em BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade (Real) por meio da utilização da cotação "PTAX 800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do Banco Central do Brasil. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra (para ativos em moeda estrangeira) e venda (para passivos em moeda estrangeira).

d. Mensuração ao valor justo de captações externas

De acordo com as normas o BRGAAP, todos os passivos emitidos pela entidade devem ser mensurados pelo custo amortizado, por meio da valorização do contrato pela taxa nominal pactuada junto ao investidor. De acordo com o IFRS, uma entidade pode designar um passivo financeiro ao valor justo através do resultado quando tal mensuração resultar em informação mais relevante uma vez que elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominada inconsistência contábil) que de outra forma resultaria da mensuração de ativos e passivos

ou do reconhecimento de ganhos ou perdas sobre estes por critérios de mensuração distintos. O BICBANCO designou captações externas (mensuradas ao custo amortizado de acordo com o BRGAAP) na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” com o propósito de igualar o modelo de mensuração destes passivos com o dos derivativos atrelados, que também são mensurados ao valor justo.

A diferença entre o custo amortizado e o valor justo dos passivos classificados na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” gerou ajuste de critério contábil.

e. Designação de instrumentos híbridos na categoria “valor justo através do resultados”

Em 2010 o BICBANCO adquiriu Credit Linked Notes emitidas por instituição financeira no exterior. Estes instrumentos financeiros são caracterizados como “instrumentos financeiros híbridos” devido à existência de um derivativo implícito (derivativo de crédito atrelado ao risco subjacente de um terceiro) não intimamente relacionado com o contrato principal (instrumento de dívida com risco de crédito do emissor). Como alternativa a mensuração segregada dos dois componentes da estrutura, o BICBANCO optou por classificar o instrumento, em sua integridade, na categoria “ativos ao valor justo através do resultado”.

Devido a inexistência da opção de mensurar ativos “ao valor justo através do resultado” no BRGAAP, a diferença entre o custo amortizado deste instrumento (classificado no BRGAAP como mantido até o vencimento) e o valor justo geraram ajuste de critério contábil.

f. Reversão da amortização de ágio

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

De acordo com o IFRS, o ágio não é amortizado, porém é revisado anualmente para desvalorização de seu valor contabilizado ao nível das unidades geradoras de caixa (conforme definido pelo IAS 36 – Redução no Valor Recuperável de Ativos) ou se e quando surgirem indicadores de redução ao valor recuperável (impairment).

Desta forma, o valor da amortização do ágio amortizado no GAAP anterior foi recomposto em virtude da ausência de evidência de impairment.

g. Classificação de operações na categoria mantidos até o vencimento

De acordo com o IAS 39, a entidade deve classificar operações na categoria mantidos até o vencimento quando existir a intenção e a capacidade financeiro de levar o investimento até o vencimento. Diferentemente da norma brasileira, a reclassificação desta categoria para outras não é permitida. Dadas as penalidades previstas pela norma internacional, o BICBANCO optou por reclassificar, na data de adoção inicial, para disponível para venda, todas as operações classificadas como mantidas até o vencimento em BRGAAP.

h. Mensuração de desconto concedido em renegociação de empréstimos, não exigidos no BRGAAP

Mensuração de valor presente de operações de crédito de longo prazo não requerido pelo BRGAAP

De acordo com IAS 39, a entidade deve mensurar o desconto advindo de ajuste a valor presente de empréstimos e adiantamentos a clientes e reconhecer o ativo pelo seu valor presente na posição patrimonial. A taxa de desconto contratual ou implícita deve ser adotada consistentemente até a realização do ativo em períodos futuros, reconhecendo o efeito dos juros na demonstração de resultado do exercício.

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre os Ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

Outras diferenças de critério

No momento da construção do balanço de abertura, o BICBANCO efetuou algumas reclassificações de ativos com vistas a melhor atender as características de ativos e passivos à luz das normas internacionais de contabilidade. Estes ajustes geram reclassificações entre linhas de ativo e passivo mas não impactam o patrimônio líquido ou resultado do exercício:

Carteira de câmbio

Um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados e o valor líquido apresentado na demonstração financeira quando, e apenas quando, uma entidade: (a) tiver

um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos; (b) pretender liquidar sobre uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Considerando que as operações de câmbio negociadas no Brasil atendem estes requerimentos, tais foram contabilizadas em uma base líquida para fins de IFRS, podendo ser apresentados no ativo ou passivo dependendo da posição líquida (devedora ou credora) no final do período de reporte.

Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil efetuadas no país sob o escopo da Lei 6.099 são caracterizadas, de acordo com a norma internacional, como instrumentos financeiros com pagamentos fixos e determinados e sem mercado ativo. Tais características levam à sua classificação na linha de “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos à clientes”.

Eventos Subsequentes

Em 25 de agosto de 2015, a Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM, por meio do Ofício n.º CVM/SRE/OPA/CAN/2015/005, concedeu o registro para a realização de oferta pública unificada para a aquisição de até a totalidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia a ser realizada (i) em razão da alienação de controle da Companhia; (ii) para o cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários categoria "A"; e (iii) em decorrência da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") denominado Nível 1 de Governança Corporativa, conforme o exigido pelo estatuto social da Companhia (itens (i), (ii) e (iii) referidos em conjunto como "Oferta"), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão de Banco Industrial e Comercial S.A.

O Edital foi publicado no dia 27 de agosto de 2015 no jornal Diário do Comércio, Indústria & Serviços e no jornal Valor Econômico. O leilão da Oferta será realizado no dia 28 de setembro de 2015 às 16:00 horas (horário de Brasília), no sistema eletrônico de negociação do Segmento BOVESPA da BM&FBOVESPA.